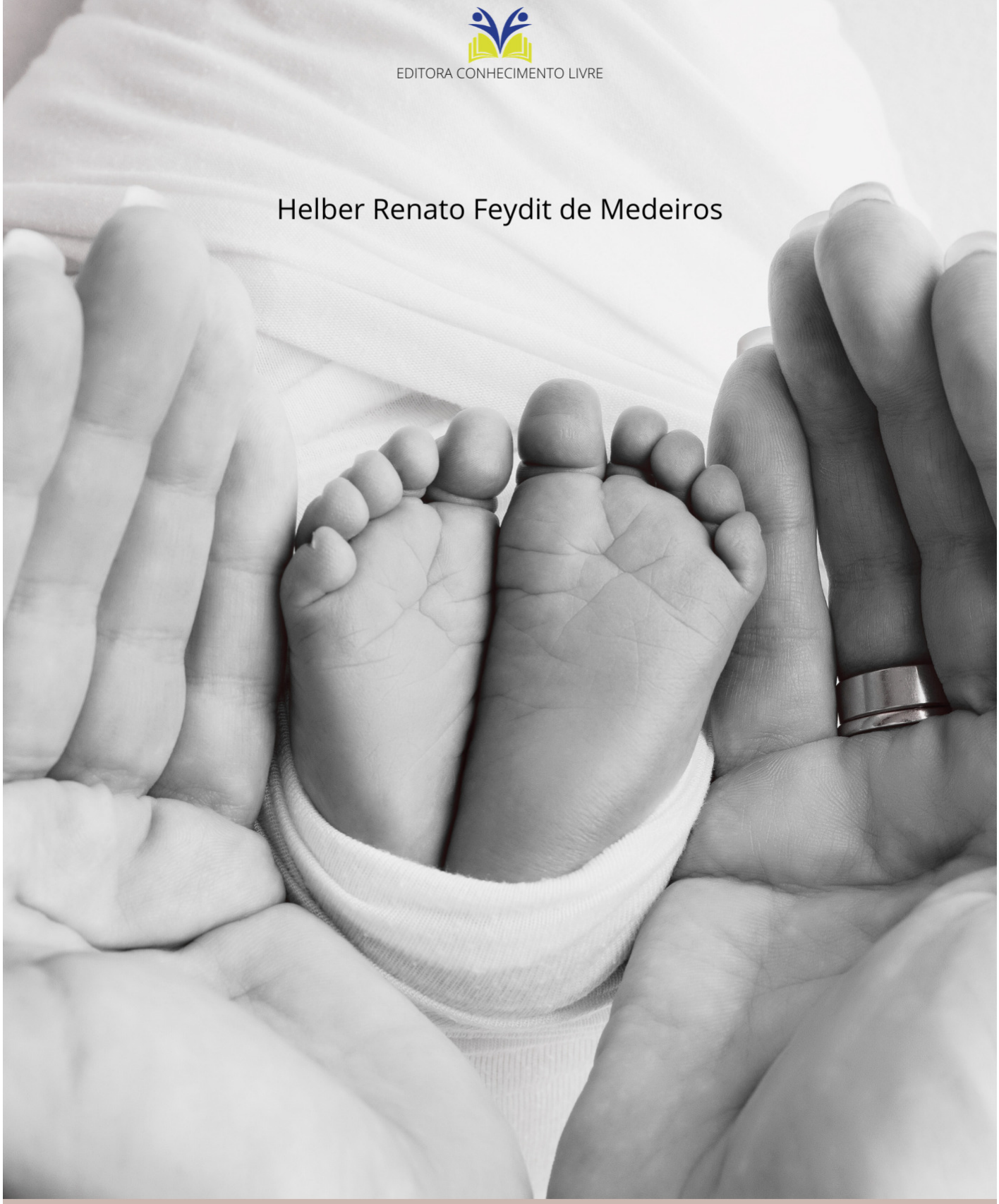
EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Helber Renato Feydit de Medeiros



PARTEIRAS:

FORMAÇÃO, LABUTA E LUTA PELO DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

Helber Renato Feydit de Medeiros

PARTEIRAS: FORMAÇÃO, LABUTA E LUTA PELO DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

1ª ed.

Goiâna-GO
Editora Conhecimento Livre

Copyright© 2026 por Editora Conhecimento Livre

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Medeiros, Helber Renato Feydit de
M229P PARTEIRAS: FORMAÇÃO, LABUTA E LUTA PELO DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX
/ Helber Renato Feydit de Medeiros. – Goiâna-GO

Editora Conhecimento Livre, 2026

75 f.: il
DOI: 10.37423/2026.edcl1260
ISBN: 978-65-5367-755-5
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. parteiras 2. ,-médicos 3. rio-de-janeiro I. Medeiros, Helber Renato Feydit de II. Título

CDU: 981

https://doi.org/10.37423/2026.edcl1260

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Conselho Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Goiânia-GO
2026

PARTEIRAS: FORMAÇÃO, LABUTA E LUTA PELO DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

10.37423/2026.edcl1260

SUMÁRIO

Introdução 7

A luta pelo reconhecimento profissional 8

A concorrência entre parteiros e médicos pelo espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro 40

Conclusão.....68

Bibliografia.....70

INTRODUÇÃO

Este trabalho terá como enfoque a vida das parteiras na cidade do Rio de Janeiro, a formação do campo profissional das obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX e as diversas denominações e atuações no espaço urbano da então capital da colônia portuguesa na América, quando da chegada da Família Real, e posteriormente, como capital do Império e do início da República. Nesse sentido, destaque para a disputa das parteiras com os médicos por espaços, geográficos e sociais, na arte de partejar, suas lutas e resistências.

Inicialmente, há de se caracterizar as diversas denominações que recebiam as mulheres que trabalhavam na "arte de partejar": obstetrizes, parteiras práticas, parteiras leigas, comadres, aparadeiras ou curiosas. Obstetrizes eram as parteiras formadas nos cursos de partos oferecidos pelas faculdades de medicina no Brasil. Com a criação das Academias Médico-Cirúrgicas, as parteiras estrangeiras formadas em Escolas de Medicina no exterior, com diplomas revalidados nas Escolas de Medicina brasileiras, também recebiam o título de obstetrizes. As parteiras práticas, geralmente, eram diplomadas em Escolas estrangeiras e registradas nas Câmaras Municipais antes da criação das Academias Médico-Cirúrgicas brasileiras e da Lei de 3 de outubro de 1832, que decretou a profissionalização da Obstetrícia. Já as parteiras leigas, não possuíam formação profissional e técnica, e aprendiam o ofício através da prática cotidiana ou por ensinamentos de gerações ancestrais. Contudo, assim como as parteiras práticas, também eram registradas nas Câmaras Municipais, o que dava a elas a condição de trabalhar de forma oficial. O que as diferiam as parteiras práticas das parteiras leigas é que essas últimas eram apenas examinadas pela prática estabelecida ao longo dos anos e atestada por autoridade competente ainda no período da Fisicatura-Mor, sem a apresentação de diplomas. As comadres, aparadeiras ou curiosas eram como as parteiras leigas, porém sem registro nas Câmaras Municipais, o que fazia com que trabalhassem na clandestinidade. Até a promulgação da Lei de 3 de outubro de 1832, as parteiras práticas e as leigas podiam exercer a profissão de forma legal, uma vez que eram licenciadas ou examinadas pela Fisicatura-Mor. As comadres trabalhavam de forma clandestina, sem autorização obtida junto a qualquer autoridade. Após a promulgação da Lei de 1832, as parteiras práticas foram obrigadas a revalidar, nas faculdades de medicina brasileiras, seus diplomas. Já as parteiras leigas, também passaram a ser consideradas como comadres, aparadeiras ou curiosas, passando a trabalhar na clandestinidade.

A luta pelo reconhecimento profissional

O trabalho das parteiras leigas nunca foi bem-visto pela classe médica, porém devido à falta de profissionais habilitadas na "arte de partejar" no Brasil entre os séculos XVI e XIX, as autoridades toleravam e, por vezes, até buscavam seus experientes serviços nas horas difíceis. Com a chegada da Família Real em 1808 e a criação das Academias Médico-Cirúrgicas, a "arte de partejar" passou a ser profissionalizada.

Entretanto, a profissionalização da "arte" não fez com que desaparecessem as comadres, somente coibiu legalmente suas atividades, principalmente na Corte. Pelo menos, até a segunda metade do século XX, as parteiras leigas continuaram atuando de forma paralela, principalmente em decorrência da falta de profissionais ou pela confiança depositada pelas parturientes.

Sobre a vida dessas comadres na cidade do Rio de Janeiro, só se tem notícias pela literatura médica ou pelo olhar de escritores do século XIX, como Manuel Antônio de Almeida e Aluísio Azevedo, e início do século XX, como João do Rio. Geralmente, as comadres eram vistas, tanto por médicos quanto por escritores, de forma pejorativa.

O Dr. Imbert, médico francês no Brasil, recomendava aos fazendeiros que os mesmos realizassem os partos de suas escravas a deixar que parteiras os fizessem, para que não corressem o risco de ver as cativas se submeterem a beijar relíquias, serem obrigadas a rezar ao santo de devoção e ficarem reféns de toda sorte de superstições (SOUZA, 1998, p. 31 e 32).

Em "Memórias de um sargento de milícias", obra de Manuel Antônio de Almeida publicada em 1854, a comadre é realmente uma parteira popular, curiosa, religiosa ao extremo – sendo inclusive citada como muito beata – e rezadeira. Vista de forma simplória, até seu traje – a mantilha- se prestava para observar a vida alheia de forma oculta. No entanto, a comadre não deixa de ser uma personagem importante da obra por ser o elo de ligação entre Leonardo (o pai), o afilhado (também Leonardo), o compadre (barbeiro) e personagens com poder aquisitivo, como D. Maria, e com influência política e social considerável na sociedade de corte, como o tenente coronel, que a auxiliam no amparo ao menino[1].

[1] Segundo Bosi, Memórias de um sargento de milícias é uma obra do Romantismo brasileiro. Apesar do gênero, a obra de Manuel Antônio de Almeida traz uma linha de ficção realista ambientada na sociedade de corte do Rio de Janeiro durante o período da chegada da Família Real. De acordo com Bosi, o realismo do autor não se esgota nas linhas meio caricaturais com que define uma variada galeria de tipos populares. O seu valor reside em ter captado, pelo fluxo narrativo, uma das

> Era a comadre uma mulher baixa, excessivamente gorda, bonachona, ingênua ou tola até um certo ponto, e finória até outro; vivia do oficio de parteira, que adotara por curiosidade, e benzia de quebranto; todos a conheciam por muito beata e pela mais desabrida papa- missas da cidade. Era a folhinha mais exata de todas as festas religiosas que aqui se faziam; sabia de cor os dias em que se dizia missa em tal ou tal igreja, como a hora e até o nome do padre; era pontual à ladainha, ao terço, à nove na, ao setenário; não lhe escapava via-sacra, procissão, nem sermão; trazia o tempo habilmente distribuído e as horas combinadas, de maneira que nunca lhe aconteceu chegar à igreja e achar já a missa no altar. De madrugada começava pela missa da Lapa; apenas acabava ia à das 8 na Sé, e daí saindo pilhava ainda a das 9 em Santo Antônio. O seu traje habitual era, como o de todas as mulheres da sua condição e esfera, uma saia de lila preta, que se vestia sobre um vestido qualquer, um lenço branco muito teso e engomado ao pescoço, outro na cabeça, um rosário pendurado no cós da saia, um raminho de arruda atrás da orelha, tudo isto coberto por uma clássica mantilha, junto à renda da qual se pregava uma pequena figa de ouro ou de osso. Nos dias dúplices, em vez de lenço à cabeça, o cabelo era penteado, e seguro por um enorme pente cravejado de crisólitas.
> Este uso da mantilha era um arremedo do uso espanhol; porém a mantilha espanhola, temos ouvido dizer, é uma coisa poética que reveste as mulheres de um certo mistério, e que lhes realça a beleza; a mantilha das nossas mulheres, não; era a coisa mais prosaica que se pode imaginar, especialmente quando as que as traziam eram baixas e gordas como a comadre. A mais brilhante festa religiosa (que eram as mais freqüentadas então) tomava um aspecto lúgubre logo que a igreja se enchia daqueles vultos negros, que se uniam uns aos outros, que se inclinavam cochichando a cada momento. Mas a mantilha era o traje mais conveniente aos costumes da época; sendo as ações dos outros o principal cuidado de quase todos, era muito necessário ver sem ser visto. A mantilha para as mulheres estava na razão das rótulas para as casas; eram o observatório da vida alheia. Muito agitada e cheia de acidentes era a vida que levava a comadre, de parteira, beata e curandeira de quebranto; não tinha por isso muito tempo de fazer visitas e procurar os conhecidos e amigos (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Entretanto, é muito fácil observar a diferença do discurso do autor ao se referir à comadre, uma personagem popular, com a figura de D. Maria, uma mulher bem sucedida financeiramente, o que denota a forma pejorativa com que se refere à primeira.

---

marcas da vida na pobreza, que é a perpétua sujeição à necessidade, sentida de modo fatalista como o destino de cada um. Esse contínuo esforço de driblar o acaso das condições adversas e a avidez de gozar os intervalos de boa sorte impelem os figurantes das Memórias, e, em primeiro lugar, o anti-herói Leonardo para a roda viva de pequenos engodos e demandas de emprego, entremeadas com ciganagens e patuscadas que dão motivo ao romancista para fazer entrar em cena tipos e costumes do velho Rio. As Memórias dão um corte sincrônico da vida familiar brasileira nos meios urbanos em uma fase que já se esboçava uma estrutura não mais puramente colonial, mas ainda longe do quadro industrial-burguês. E como o autor conviveu de fato com o povo, o espelhamento foi distorcido apenas pelo ângulo da comicidade (BOSI, 1994, p. 133 e 134). Afrânio Coutinho afirma que é a partir do Romantismo que começa a existir no Brasil uma literatura própria, no conteúdo e na forma. Substituindo a visão idealizada do mundo, característica do Classicismo, por uma imagem real e direta, inclusive captando a atmosfera local interior e exterior, o Romantismo possui, como traço essencial e primitivo, o princípio realista, desenvolvido na forma superior da ficção brasileira. Ao conciliar a imaginação romântica e as realidades da vida brasileira na metade do século XIX, o movimento criou um sistema de pensamento e de sentimento profundamente radicado no solo nativo. Já o Realismo é a tendência literária que procura representar, acima de tudo, a verdade, a vida tal como é, utilizando-se para isso da técnica da documentação e da observação, contrariando a invenção romântica. Interessado na análise de caracteres, encara o homem e o mundo objetivamente, a fim de interpretar a vida. Utilizando-se das impressões sensíveis, procura retratar a realidade graças ao uso de detalhes específicos, o que faz com que a narrativa seja longa e lenta e dê a impressão nítida de fidelidade aos fatos. A estética realista procura atingir a beleza sob os disfarces do comum e do familiar no ambiente familiar e na cena contemporânea. Do ponto de vista da estrutura, a ficção realista se distingue pelo predomínio da personagem sobre o enredo, da caracterização sobre a ação, do retrato de indivíduos e da crônica de suas vidas sobre os incidentes, estes decorrentes das próprias motivações humanas. Tendo isso como base, Afrânio Coutinho, ao contrário de Bosi e da grande maioria dos estudiosos da literatura brasileira, considera Manuel Antônio de Almeida como integrante do Realismo. (COUTINHO, 2007, p. 189-198).

> D. Maria era uma mulher velha, muito gorda; devia ter sido muito formosa no seu tempo, porém dessa formosura só lhe restavam o rosado das faces e alvura dos dentes; trajava nesse dia o seu vestido branco de cintura muito curta e mangas de presunto, o seu lenço também branco e muito engomado ao pescoço; estava penteada de bugres, que eram dois grossos cachos caídos sobre as frontes; o amarrado do cabelo era feito nacoroa da cabeça, de maneira que simulava um penacho. D. Maria tinha bom coração, era benfazeja, devota e amiga dos pobres, porém em compensação destas virtudes tinha um dos piores vícios daquele tempo e daqueles costumes: era a mania das demandas. Como era rica, D. Maria alimentava este vício largamente; as suas demandas eram o alimento da sua vida; acordada pensava nelas, dormindo sonhava com elas; raras vezes conversava em outra coisa, e apenas achava uma tangente caía logo no assunto predileto; pelo longo hábito quetinha da matéria, entendia do riscado a palmo, e não havia procurador que a enganasse; sabia todos aqueles termos jurídicos e toda a marcha do processo de modo tal, que ninguém lhe levava nisso a palma. Essa mania chegava nela à impertinência, e aborrecia desesperadamente a quem a ouvia, falando nos últimos provarás que lhe tinha feito o seu letrado nos autos da sua demanda de terras, nas razões finaisque se tinham apresentado na ação que intentava contra um dos testamenteiros de seu pai, no depoimento das testemunhas no seu processo por causa da venda das suas casas, na citação que mandara fazer a um seu inquilino que lhe havia passado um crédito de 20 doblas e que agora negava a dívida, e em mil outras coisas deste gênero (ALMEIDA, 1996, p. 61).

Enquanto a comadre era baixa, excessivamente gorda, bonachona, beata e fofoqueira, D. Maria era velha e muito gorda sim, porém sem o elemento intensificador presente na expressão “excessivamente”. De qualquer forma, a comadre não possuía qualidades enquanto D. Maria, apesar de sua idade avançada, “devia ter sido muito formosa no seu tempo”, e ainda lhe restavam o rosado das faces e a alvura dos dentes. A comadre, por ser uma pessoa comum, não possuía virtudes enquanto D. Maria, rica, tinha bom coração, era benfazeja, devota e amiga dos pobres.

Ao contrário, em “O cortiço”, obra de Aluísio Azevedo publicada no ano de 1890, o papel da comadre fica subentendido. A personagem Paula não é citada como comadre, porém pelo seus conhecimentos sobre gravidez e aborto, dá para se ter uma ideia de que a mesma era uma parteira leiga. Contudo, Paula, assim como a comadre de Manuel Antônio de Almeida, era muito mais que uma parteira, tendo atributos vários. No entanto, ao se comparar as atividades de Paula com a comadre de “Memórias de um sargento de milícias”, observa-se que a primeira era a antítese da segunda. Se na crônica de Manuel Antônio de Almeida a comadre era uma beata curiosa e preocupada com o futuro do afilhado, em Aluísio Azevedo ela era uma cartomante e feiticeira, sendo vulgarmente apelidada como “Bruxa”. Louca, concebia um plano maligno, acabar com o cortiço, que posteriormente acaba incendiando.

> Paula, uma cabocla velha, meio idiota, a quem respeitavam todospelas virtudes de que só ela dispunha para benzer erisipelas e cortar febres por meio de rezas e feitiçarias. Era extremamente feia, grossa, triste, com olhos deesvairados, dentes cortados à navalha, formando ponta, como dentes de cão, cabelos lisos, escorridos e ainda retintos apesar da idade. Chamavam-lhe “Bruxa” (AZEVEDO, 1995, p. 38).

A própria descrição das comadres denota a visão dos autores. Se a comadre de Manuel Antônio de Almeida era vista de forma simplória como uma mulher baixa, excessivamente gorda, bonachona, curiosa, ingênua ou tola, até um certo ponto, e finória, até outro, e era conhecida por todos por ser muito beata, sendo até considerada como a "papa-missas da cidade", se preocupava com a vida do afilhado. Em oposição, em Aluísio Azevedo a comadre é parte do meio mundano, do submundo da sociedade, perversa e grotesca e desejosa em dar cabo do cortiço, levando pessoas à morte.

O autor do "O cortiço" não poupa adjetivos para desqualificar a personagem que acaba sendo central no enredo da obra: cabocla velha, meio idiota, a quem todos respeitavam pelas virtudes de benzer erisipelas e cortar febres por meio de rezas e feitiçarias.

Posteriormente o autor demonstra o conhecimento empírico de Paula como parteira. Ao dar o veredicto sobre a gravidez de Florinda, quando Marciana desconfia das atitudes da menina e da interrupção do fluxo menstrual, após exame e anamnese Paula não titubeia em dar o diagnóstico preciso da gestação.

> Marciana andava já desconfiada com a pequena, porque o fluxo mensal desta se desregrara havia três meses, quando, nesse dia, não tendo as duas acabado ainda o almoço, Florinda selevantou da mesa e foi de carreira para o quarto. A velha seguiu-a. A rapariga fora vomitar ao bacio.
> - Que é isto?... perguntou-lhe a mãe, apalpando-a toda com um olhar inquiridor.
> - Não sei, mamãe...
> - Que sentes tu?...
> - Nada...
> - Nada, e estás lançando?... Hein?!
> - Não sinto nada, não senhora!...
>
> A mulata velha aproximou-se, desatou-lhe violentamente o vestido, levantou-lhe as saias e examinou-lhe todo o corpo, tateando-lhe o ventre, já zangada. Sem obter nenhum resultado das suas diligências, correu a chamar a Bruxa, que era mais que entendida no assunto. A cabocla, sem se alterar, largou o serviço, enxugou os braços no avental, e foi ao número 12; tenteou de novo a mulatinha, fez-lhe várias perguntas e mais à mãe, e depois disse friamente:
> - Está de barriga.
>
> E afastou-se, sem um gesto de surpresa, nem de censura (AZEVEDO, 1995, p. 90).

Por fim, o autor demonstra o conhecimento da parteira sobre drogas abortivas na passagem em que João Romão analisa seu relacionamento com a negra fugida Bertoleza. A fim de se livrar de uma gravidez indesejada com a escrava, João Romão recorre aos conhecimentos de Paula sobre ervas abortivas.

> Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida! Mas, afinal, de que modo se veria livre daquele trambolho? E não se ter lembrado disso há mais tempo!... parecia incrível!

> João Romão, com efeito, tão ligado vivera com a crioula e tanto se habituara a vê-la ao seu lado,que nos seus devaneios de ambição pensou em tudo, menos nela (AZEVEDO, 1995, p. 138).

Aluísio Azevedo, como um escritor naturalista, buscava em "O cortiço" mostrar que o meio condiciona o homem. A luta pela sobrevivência acabava fazendo com que os personagens do local vivessem seus instintos mais primitivos, quase animalescos, tendo a maioria dos personagens, inclusive, alguma característica animal. Nesse sentido, a comadre Paula não poderia deixar de ser classificada de forma pejorativa. Além de ser apelidada como Bruxa, ainda possuía "dentes de cão"[2].

João do Rio em "As religiões no Rio", trabalho publicado em 1906, generaliza a comunidade de pescadores da cidade como pessoas idólatras e de hábitos simples. E entre esses hábitos, o das parturientes – nesse caso, mães pescadoras – de recorrer, quase sempre, aos serviços das parteiras leigas, denominadas como "curiosas":

> O Culto do Mar é praticado pelos pescadores das nossas praias. É um culto variado, cosmólatra e fantasista, em que entram a lua e alguns elementos divinizados.
> - Não conhece os nossos pescadores? Gente tranqüila. Raramente se agridem e sempre por questão de pesca.
> Os pescadores formam um corpo distinto, diverso dos catraeiros, dos marítimos, dessa população ambígua e viciada que anda no cais à beira das ondas perturbadoras. Não há canto da nossa baia que não tenha uma colônia de pescadores. Vivem todos muito calmos, sem saber do resto do mundo. Enfim, uma classe à parte, com festas próprias, que não se afasta do oceano e é unida pelo culto do mar. Os pescadores são os últimos idólatras das vagas. Conversar com eles é ter impressões absolutamente inéditas de moral, de filosofia e de religião.
> - Mas essas colônias são brasileiras? - indaguei do meu informante.
> - Não. Há colônias só de portugueses, como a de Santa Luzia e de Santo Cristo, de portugueses e brasileiros, como em Sepetiba, de italianos apenas, de brasileiros só. Uma série de núcleos ligados pela crença. São outros homens. Nascem de mães pescadoras, partejadas quase sempre por curiosas, vivem nas praias, nunca as abandonam. Aos quatro anos nadam, aos dez remam e acompanham os parentes às pescarias, e assim passam a existência, familiarizados apenas com as redes, os apetrechos de pesca e o calão, o pitoresco calão marítimo (JOÃO DO RIO, p. 69).

[2] Segundo Bosi, cabe perguntar de que forma a consciência de Aluísio Azevedo percebia os grupos humanos. Assumindo uma perspectiva do alto, de narrador onisciente, ele fazia a distinção entre a vida dos que já venceram, como o personagem João Romão, o senhor da pedreira e do cortiço, e a labuta dos humildes que se exauriam na faina da própria sobrevivência. Para os primeiros, representado por João Romão, o trabalho é uma pena sem remissão, pois a fome de ganho não se sacia e o frenesi do lucro arrasta às mais sórdidas privações, a uma espécie de ascese às avessas, sem que um limite natural e humano venha dar ao cabo a desejada paz. Já para os segundos, representado pelos pobres, a "gentalha" como os chama Azevedo, o trabalho é o exercício de uma atividade cega, instintiva, não sendo rara as comparações com vermes ou com insetos, sempre que importa fixar o vaivém dos operários na pedreira ou das mulheres no cortiço (BOSI, 1994, p. 190). Segundo Coutinho, o Naturalismo acentua as qualidades do Realismo, acrescentando uma concepção de vida que a vê como o intercurso de forças mecânicas sobre os indivíduos, resultando os atos, o caráter, o destino destes da atuação da hereditariedade e do ambiente. O espírito de objetividade e de imparcialidades científicas faz com que o naturalista introduza na literatura todos os assuntos e atividades do homem, inclusive os aspectos bestiais e repulsivos da vida, dando preferência às camadas mais baixas da sociedade. Pelo método documental, pelo uso da linguagem simples, direta, natural, coloquial, mesmo vulgar, e dos dialetos das ciências e das profissões, o Naturalismo procura representar toda a natureza, a vida que está próxima da natureza e o homem natural (COUTINHO, 2007, p. 190).

A obra "As religiões no Rio" é uma compilação de reportagens publicadas na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro e março de 1904. Nessa obra o autor investiga pessoas de religiões diversas, desde as tradicionais – como a católica, maronita, presbiteriana, metodista, batista, adventista, israelita e espírita – até os cultos afro-brasileiros, a cartomancia e as exóticas, como a do culto ao mar dos pescadores[3].

Contudo, tanto em Manuel Antônio de Almeida quanto em Aluísio Azevedo e João do Rio, a figura da parteira leiga, da comadre ou curiosa é vista de forma pejorativa. Vista de forma simplória, animalesca ou simplesmente como um recurso utilizado por pessoas das classes populares sem instrução ou condições financeiras em momento de necessidade, ela não é alçada a condição de uma figura de importância no meio social, apenas como um personagem existente no meio de pessoas incultas. Principalmente por ser mulher de pouca instrução, não possuir uma formação intelectual para exercer sua atividade profissional e por circular livremente entre os pobres oferecendo seus serviços.

Apesar de pouco se saber sobre a vida das parteiras práticas e leigas, foram encontrados alguns anúncios de oferta de seus serviços no Jornal do Commercio. Os primeiros casos encontrados são das parteiras Maria Clara de Moraes e Madame Stephanie, parteiras que trabalhavam, inclusive, na Santa Casa da Misericórdia. A primeira publicou seu anúncio no dia 9 de junho de 1835. Já a segunda, publicou diversos anúncios, nos dias 17 de janeiro, 4 e 10 de junho e 15 de julho de 1835.

> Maria Clara de Moraes, mestra parteira da Santa Casa de Misericordia, aonde tem praticado muitos v.s, tem a honra de participar ao respeitável publico, e principalmente à classe necessitada, a quem offerece prestar os seus serviços gratuitamente, que a podem procurar em sua casa, rua do Aljube sobrado n. 18, a qualquer hora. Ahi acharáõ quartos mui decentes, promptificados para Sras, que seráõ tratadas com todo o disvelo e melindre que exigir a sua situação. Juntamente se encarrega de criar algumas crianças até as desmamar, para o que precisa de duas amas seccas de capacidade. Tambem vende agua restringente engarrafada, muito util applicada em banhos (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1835).
>
> Mme. Stephanie mestra parteira da Santa Casa de Misericordia, tem a honra de participar ao respeitável Publico, que ella tem na sua casa, rua da Alfandega n. 158, primeiro andar, quartos mui decentes promptificados para Sras, onde seráõ tratadas com todo o aceio, disvelo, e melindre que exigir a sua situação: encarrega-se também de escravos por preços commodos (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1835).

[3] Segundo Nejar, o palco da obra de João do Rio é a sociedade carioca, suas boates e salões da belle époque, imatura, feérica, paradoxal, hedonista e não tão bela, mas cintilante na velocidade, na fruição dos prazeres, cintilante de champagnes e noitadas, cintilante também numa existência exibida como troféu e não menos solitária e desamparada. E o pavio de um verbo insolente, irônico, evocativo, híbrido. Foi um relato dos anais de uma Babel, do Rio que se modernizava sob a flama de Paris, o Rio com sua fala secreta, soturna vendo a outra mais resplandecente. Não possui nem o fulgor criativo que alguns hoje querem realçar, nem é superficial, raso ou borbulhante, como outros assim consideram. Se João do Rio falhou nos romances, foi um contista de primeira linha, cronista extravagante e sinuoso da belle époque (NEJAR, 2011, p. 163).

Apesar do nome, não se sabe se Stephanie[4] era francesa de nascimento ou apenas um nome profissional, já que a França era o modelo da moda e dos costumes. Tudo o que aqui aportava proveniente da França logo se tornava exemplo ou norma a ser seguida e saber se expressar no idioma francês era reproduzir a "cultura e a civilização". No entanto, se realmente era francesa, provavelmente era uma parteira prática. Já Maria Clara de Moraes, a princípio brasileira, seria uma obstetriz formada em uma das faculdades de medicina brasileiras, apesar de seu nome não ter sido encontrado entre as parteiras formadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Seria ela uma parteira leiga trabalhando de forma clandestina? Contudo, poderia também ser uma parteira prática portuguesa, com diploma revalidado, assim como Stephanie. Não se sabe[5].

Outra parteira, provavelmente leiga, encontrada foi Clementina Rosa do Rego. Em anúncio de 18 de janeiro de 1850, avisa a suas clientes que está de mudança da Rua das Violas nº 113 para a rua da Alfândega nº 52, 2º andar.

> MUDANÇA – Clementina Rosa do Rego, parteira examinada e approvada nesta côrte, faz sciente ao respeitavel publico e particularmente a suas freguezas, que mudou-se da rua das Violas n. 113 para a da Alfândega n. 52, 2. Andar, onde póde ser procurada a toda e qualquer hora, tanto de dia quanto de noite, por aquellas pessoas que lhe queirão fazer essa honra (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1850).

Fora os anúncios, nada mais foi encontrado sobre a vida pessoal ou profissional de Maria Clara e de Stephanie. Já em relação a Clementina Rosa do Rego, sabe-se que exerceu a "Arte" entre os anos de 1822 e 1869, ou seja, por 47 anos (SOUZA, 1998, p. 53).

Outras parteiras também publicaram anúncios isolados no Jornal do Commercio. Muito pequenos, diretos e fugidios, sem preocupação em demonstrar qualificação profissional, discurso de

[4] Ao comparar os dados da pesquisa com o trabalho de Maria Lucia Mott, tem-se a impressão de que Mme. Stephanie era mais conhecida como "Mme Berthou". Isso devido ao seu último nome, "Wernault", que acabou virando "Berthou" entre os habitantes da cidade. Seu nome completo é Stephanie Marie Françoise Wernault, nascida na cidade de Beauvois, França em 11/05/1806 e formou-se "sage femme" – obstetriz - pela Faculdade de Medicina de Paris no ano de 1825. Aqui chegando, teve seu diploma registrado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e no ano de 1830 foi admitida como parteira da Santa Casa da Misericórdia por intervenção de D. Pedro I. No mesmo ano de 1830, publicou, em português, um livro de instrução de parteiras. Em 1864 ainda publicava anúncios oferecendo seus serviços. Durocher teceu-lhe comentários elogiosos, afirmando ser Mme Berthou bastante inteligente e que possuía a precisa instrução, uma vez que escrevia ortograficamente, coisa que poucas faziam (SOUZA, 1998, p. 54 e 206).

[5] Na referida pesquisa, o primeiro livro de termos de exames de verificação de médicos, cirurgiões, boticários e parteiras encontrado é datado de 5 de agosto de 1837, tendo o primeiro assentamento datado no mesmo dia, referido ao Termo de Verificação do Cirurgião John Duncan, de 25 anos, natural da Escócia, filho de Alexandre Duncan. Em relação às parteiras, o primeiro assentamento no Livro de Termos de Verificação de Exames é datado de 9 de maio de 1840 e foi realizado por Verônica Pascal (CEDEM, 1837)

agradecimento ou ser respeitoso com suas clientes, esses anúncios podem ser pistas de comadres tentando ofertar seus serviços, apesar da falta de recursos financeiros.

No primeiro e segundo anúncios, publicados em 22 de janeiro de 1880, as anunciantes se mostraram apenas como "a parteira", sem mencionar seus nomes para não chamar a atenção das autoridades e por ser dirigido apenas às pessoas que as conheciam e, possivelmente, já haviam utilizado seus serviços.

> A PARTEIRA que morou na travessa de D. Ros[...] 3, mudou-se para a rua do General Pedra n. 1... (JORNAL DO COMMERCIO, 1880).
>
> A PARTEIRA que morou na rua do Senhor dos Passos n.2 [mudou-se] para a rua do General Pedra n. 131 (JORNAL DO COMMERCIO, 1880)[6].

Em anúncio datado de 11 de dezembro de 1880 no Jornal do Commercio, apesar de emitir um discurso respeitoso às clientes, a viúva Durian não menciona sua qualificação profissional ou realiza um discurso de agradecimento. Somente foi encontrada nessa publicação de jornal, não aparecendo em nenhum dos livros da Faculdade de Medicina, mostrando que, a princípio, é uma parteira leiga. Nesse ano já não existiam mais parteiras práticas examinadas pela Fisicatura-Mor ou pelas Faculdades de Medicina.

> AO PUBLICO A viuva Durian, parteira, declara ao respeitavel publico que, attendendo aos muitos chamados, resolveu receber chamados das 11 ás 4 horas e das 6 ás 9; na rua de D. Manoel n. 5, sobrado. (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1880).

Ana Candida de Oliveira Godoy, no ano de 1885, anunciava que não era parteira de 1ª classe e que também não possuía diploma, porém possuía 24 anos de serviço prático em cuidar de suas amigas e comadres (SOUZA, 1998, p. 53 e 54). Isso em plena Corte, o que demonstra o quanto era falho o controle do Governo sobre pessoas sem habilitação para o trabalho na arte de partejar. Interessante é que até instituições públicas na época, como a Santa Casa de Misericórdia (o Império era um Estado católico), burlavam a própria regulamentação imperial de 3 de outubro de 1832.

Acontecia também anúncios de procura de pessoas habilitadas ou não para prestarem serviço de acompanhantes ou de parto propriamente dito, o que demonstra como a credibilidade em parteiras legalizadas no meio social ainda não era uma certeza. Em 27 de junho de 1845 foi publicado um anúncio procurando mulher de meia idade apta a tratar de senhora parida. E em 5 de junho de 1855,

[6] Os nomes dos locais não estavam legíveis devido a ação do tempo naquela edição do Jornal do Commercio.

foi publicado anúncio procurando "senhora entendida na arte de partejar" para acompanhar família em viagem à Europa.

> Precisa-se de uma mulher de meia idade, sabia e intelligente, para tratar de uma senhora parida, na rua da Misericórdia n. 110, 3º andar (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1845).
>
> MUITA ATENÇÃO. Precisa-se de uma senhora entendida na arte de partejar que queira acompanhar uma família na sua viagem à Europa, no próximo paquete de 14 do corrente, fazendo-lhe um pedido razoável; quem estiver nestas circunstâncias queira declarar sua morada em carta fechada nesta tipografia com as iniciais A. P. (JORNAL DO COMMERCIO, 1855).

Apesar de tudo, pouco se sabe sobre a vida e a labuta das parteiras leigas. No entanto, muitos são os trabalhos que relatam a profissionalização da "arte de partejar" no Brasil do século XIX. Autores como Lycurgo dos Santos Filho, Dilce Rizzo Jorge, Anayansi Correa Brenes, Maria Luiza Gonzalez Riesco, Maria Alice Tsunechiro e por fim, Maria Lucia Mott, publicaram trabalhos importantes nessa área e há de se louvar a guarda dessa memória pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – USP.

Lycurgo dos Santos Filho, no primeiro tomo de sua obra, tem uma parte dedicada a falar sobre o curso de parteiras após a Lei de 1832, porém pouco descreve o mesmo. Se presta a comentar apenas um parágrafo em que comenta ter sido um curso particular ministrado pelo lente de partos da Faculdade de Medicina e que ao final desse curso, "o professor fazia a Faculdade conceder ou não, às alunas, o título de parteira". Posteriormente tece comentários sobre o mesmo curso após as mudanças de 1854 e 1879 (SANTOS FILHO, 1947a, p. 227).

Já no segundo tomo, dá maior atenção ao trabalho das parteiras. Dedica uma seção ao parto desde o século XVI até o XIX no Brasil. Comenta que nos tempos antigos a parturiente era assistida pela "comadre ou curiosa", que aconselhava processos e medidas empíricas "e até absurdas". A mulher, fosse pobre, rica, escrava, plebeia ou nobre, não se utilizava, regra geral, da ajuda de um físico ou cirurgião para os trabalhos do parto e mesmo no século XIX, muito poucas parturientes ricas e nobres do Rio de Janeiro buscavam o auxílio de um médico e ainda assim, referenciando Debret em sua "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", por ostentação ou em casos difíceis.

Prossegue afirmando que as comadres ou aparadeiras dos séculos XVI ao XIX conheciam da arte de partejar unicamente, as noções mais elementares, transmitidas pelas mais velhas ou antecessoras. Apesar da publicação de diversos livrinhos ou manuais em linguagem fácil para o uso popular, a falta de instrução das comadres foi a regra, valendo-lhes, e às parturientes, a intuição.

Em seguida o autor faz uma personificação pejorativa das parteiras antigas. Comenta que as comadres antigas eram mulatas brasileiras ou brancas portuguesas da baixa burguesia que se vestiam de preto, de mantilha, rosário e lenço na cabeça. Eram conhecidas de todos e a todos conheciam e eram "alcoviteiras terríveis", não se limitando apenas a "aparar" as crianças, agindo também como curandeiras. Provocavam abortos e tratavam de doenças "secretas", o que fazia com que fossem responsáveis por mortes "frequentíssimas" de parturientes e nascituros, não só pelas práticas oriundas de "tremenda ignorância" como pela propagação da infecção puerperal, comum antes da era pasteuriana.

Medidas terapêuticas aconselhadas pelas comadres, nocivas e extravagantes – como mulheres grávidas soprarem no gargalo de garrafas, usarem roupas do marido ou tomarem poções estranhas, eram acompanhadas de rezas e palavras cabalísticas. Não se despediam após o parto. Permaneciam para acompanhar a dieta e dirigir os cuidados e a alimentação do recém-nascido. Decidia se a mãe deveria ou não amamentar e escolhia a ama de leite, geralmente uma negra escrava (SANTOS FILHO, 1947b, p. 199-201).

Dilce Rizzo Jorge pouco menciona sobre a prática das comadres ou sobre o curso de parteiras. Comenta apenas, tendo como fonte o Livro de Registro de Diplomas – não encontrado nesta pesquisa – , que o referido curso teve início em 1832 com a Lei de 3 de outubro e que no ano seguinte matriculou-se a primeira aluna, Maria Josephina Matilde Durocher, que se formou em 27 de novembro de 1834. Posteriormente, somente em 1839 se formaram mais duas parteiras e a quarta parteira somente se formou no ano de 1853. De acordo com sua pesquisa, entre 1832 e 1900, somente 20 parteiras se formaram (JORGE, 1974, p. 77 e 78).

Anayansi Correa Brenes, apesar de resgatar a história do parto no Brasil, busca observá-la pela ação dos médicos-parteiros. Comenta que tradicionalmente os partos e seus cuidados eram realizados por mulheres conhecidas popularmente como aparadeiras, comadres ou mesmo de parteiras-leigas. Estas detinham um saber empírico e assistiam domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério (como também nos cuidados com o recém-nascido). Estas mulheres eram de inteira confiança do mulherio e eram consultadas sobre temas vários, tais como cuidados com o corpo, doenças venéreas, práticas do aborto ou mesmo na colaboração com o infanticídio.

Com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil em 1808, ocorreu a implantação do ensino oficial de Medicina. A segunda escola a ser autorizada por D. João VI – após a da Bahia - foi a do Rio de Janeiro;

isso se deu devido à sua mudança para a cidade no mês de fevereiro de 1808. Entre as várias medidas administrativas importantes tomadas por ele estava o ensino médico. Pelo decreto de 5 de novembro de 1808 criou-se a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro e, em 25 de janeiro de 1809, foi nomeado para lecionar Medicina Operatória e Arte Obstétrica, Joaquim da Rocha Mazarém. O currículo desta escola era mais amplo do que o da Bahia, precisando de sede maior; por isso a escola foi mudada do Real Hospital Militar de Ultramar para a Santa Casa (BRENES, 1991, p. 135-137).

O trabalho de Maria Luiza Gonzalez Riesco e Maria Alice Tsunechiro busca distinguir o momento em que a obstetrícia e a enfermagem se encontraram. Segundo as autoras, as profissões de enfermeira, parteira, obstetriz e enfermeira obstétrica, em sua origem, formação e exercício profissional, são diferenciadas.

Segundo as autoras, parteira seria o título mais antigo dessa profissional. Posteriormente passou a ser denominada enfermeira obstétrica e obstetriz. Enfermeira obstetra seria a denominação mais recente e que consolida a formação de enfermeira adjetivada pela titulação de especialista na área. Embora pareça nuanças de menor importância, traduzem modificações na legislação de ensino na concepção quanto à modalidade de formação e da própria profissão.

Já em relação à capacitação profissional de obstetrizes e enfermeiras obstétricas, historicamente coexistiriam dois tipos de programas educacionais: o modelo europeu – também conhecido como via direta, com o ingresso em cursos de obstetrícia anexos às escolas médicas ou de enfermagem e o modelo americano, em que a habilitação formal na área de obstetrícia concebida como uma especialidade da enfermagem. Diversos países mantêm essas duas modalidades de formação, porém o modelo americano representa uma tendência mundial. A via direta é mais encontrada na Europa, mas tem sido objeto de interesse crescente em vários países.

Ao fazer um histórico profissional das parteiras, as autoras comentam que no Brasil no século XIX, a educação formal de parteiras iniciou- se junto às escolas médicas, que controlaram sua formação até meados do século XX e que o primeiro documento legal sobre o ensino de parteiras data de 1832, quando as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em Faculdades de Medicina e, entre os cursos oferecidos, foi incluído o Curso de Partos.

Afirmam que até então, as mulheres que se dedicavam a partejar deveriam possuir uma ‘carta de examinação’, concedida pelo Físico-Mor ou Cirurgião-Mor do Império e uma licença da Chancelaria.

Mesmo que essa lei não fosse obedecida, representou um princípio de controle sobre o exercício da atividade das parteiras pelos médicos e que de 1832 até 1949, toda a legislação do ensino de parteiras esteve contida na legislação do ensino da medicina.

Por fim, comentam que no período, a legislação sobre o ensino de parteiras foi objeto de diversos decretos que determinaram a denominação dos cursos, as exigências para admissão de candidatas, o currículo a ser seguido e o título conferido –parteira, enfermeira parteira, enfermeira especializada, obstetriz e enfermeira obstétrica. Que a denominação de enfermeira especializada para a parteira começou a ser usada no século XX, nos anos de 1920, e que a de obstetriz apareceu pela primeira vez como o título conferido às formadas no Curso de Obstetrícia da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, entre 1922 e 1925. Em 1955, reapareceu em texto legal que regulamentava o exercício da enfermagem profissional e distinguia a obstetriz das demais categorias, ou seja, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, parteira, enfermeiro prático ou prático de enfermagem e parteira prática. Nas mudanças do ensino de parteiras, observou-se um crescimento das exigências para admissão, seja em idade mínima, seja em conhecimentos das Ciências Humanas, Biológicas e Exatas, além da regulamentação do número de horas de estágio e que o Decreto Federal nº 7.247, de 5 de abril de 1879 possibilitava o ingresso de alunos do sexo masculino, embora o curso tenha sido frequentado exclusivamente por mulheres (RIESCO; TSUNECHIRO, 2002, p. 449 e 450).

De todos os autores, quem mais se aprofundou no estudo sobre a história da formação profissional das parteiras foi Maria Lucia de Barros Mott de Melo Souza. Em tese de doutorado intitulada “Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época” apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo como objetivo realizar um levantamento da vida e da obra da primeira parteira diplomada no Brasil, acabou realizando uma das pesquisas mais completas sobre a formação das obstetrizes no século XIX. Tendo por base sua pesquisa, será realizado a partir desse momento, um levantamento sucinto sobre o curso de partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Legalmente, o curso de formação de parteiras é institucionalizado através do art. 19 da Lei de 3 de outubro de 1832 que determinava que deveria haver um curso particular para as parteiras, feito pelo

lente da Cadeira de Partos. Até aquele momento, o curso de partos funcionava apenas para os alunos de medicina[7].

O Curso de Partos já era bastante criticado na década de 1830, uma vez que não havia aula prática devido a falta de clínica de partos. O Dr. Sigaud reclamava que o Governo não investia na construção de uma maternidade para as aulas práticas, embora o curso teórico fosse completo.

Para piorar, a regência da Cadeira de Partos durante os anos de 1831 e 1832 ficou sem lentes. Tanto o catedrático, o Dr. Manuel Silveira Rodrigues, como o lente substituto, o Dr. José Maria Cambuci do Vale, caíram doentes no período (SOUZA, 1998, p. 58 e 59).

Fora das Faculdades de Medicina houve tentativas de se criarem cursos para parteiras. Houve uma tentativa de criação de um curso privado de partos na capital do Império e de um curso público, em âmbito provincial, na cidade de Recife, capital da Província de Pernambuco.

Em janeiro de 1832, o prussiano Le Masson apresentou um projeto sobre a necessidade de criação de uma maternidade na cidade do Rio de Janeiro. Nessa maternidade também seria estabelecido um curso de formação de parteiras. Segundo o mesmo, a arte de partejar era considerada de alta importância e para tanto propôs ao Governo Imperial estabelecer na Corte um hospital onde seriam admitidas apenas mulheres para parir e onde ensinaria mulheres a partejar.

Seu projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Instrução Pública e da Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro porém, foi engavetado por treze anos pelo professor da Cátedra de Partos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Dr. Francisco Julio Xavier, que certamente via o referido curso como concorrente ao ministrado pelo referido lente (SOUZA, 1998, p. 88, 104-117).

Já no início da década de 1840 foi pauta de debate, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a criação de um curso público para a formação de parteiras. O argumento em defesa da criação do referido curso era que não havia uma só parteira instruída na Província. Além disso, havia a recusa das parturientes em serem atendidas por médicos e o fato de nenhuma pernambucana ter frequentado, até aquele momento, os cursos oficiais de parteiras nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

[7] Sobre a Lei de 3 de outubro de 1832 ver 1.1. As atas da congregação entre 1832 e 1839 (CEDEM, Livro de Atas de 1831).

Criado por lei provincial, as aulas tiveram início no mês de julho de 1840, ministradas pelo Dr. Simplicio Antonio Mavignier. Apesar do Dr. Mavignier ter sido elogiado, o curso diminuiu o número de alunas e recebeu críticas e foi alvo de denúncias por infringir a legislação geral. Contudo, somente em 1854, após diversas consultas, o Governo Imperial decidiu que as alunas do referido curso não deveriam ser matriculadas na Junta Central de Higiene Pública, porém poderiam continuar a exercer o ofício de parteiras sem serem perturbadas. De qualquer modo, no ano de 1861 uma das alunas do curso, Isabel Maria Rodrigues, pediu para ser admitida ao exame de suficiência na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro alegando possuir diploma de parteira conferido pelo presidente da Província de Pernambuco. Em Aviso do Ministro dos Negócios Interiores do Império ao Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi informado que a parteira formada pela escola de Recife não se encontrava em situação de igualdade àquelas diplomadas por escolas estrangeiras, negando-lhe, dessa forma, o direito de tentar o exame de suficiência.

Com o falecimento de Dr. Mavignier em 1856, o curso entrou em declínio, sendo extinto pelo governo provincial alguns anos depois. No entanto, foi reaberto em 1875, funcionando regularmente, pelo menos, até 1884, não havendo mais notícias posteriores (SOUZA, 1998, p. 88, 118- 128).

A formação de parteiras oficiais, de primeira classe, sempre foi muito baixa nas duas Faculdades de Medicina e essa baixa frequência era motivo de preocupação entre a classe médica, uma vez que, principalmente no interior do país, continuavam sendo as comadres a única opção que as mulheres tinham a recorrer na hora do parto. Aliás, não só a falta de parteiras diplomadas, como também de médicos e farmacêuticos. Em março de 1862, o Dr. Jobim, Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, elaborou um projeto de reformulação do ensino médico, prevendo criar cinco escolas secundárias para a formação de profissionais de segunda classe, práticos apenas, com o objetivo de prover a falta de médicos, farmacêuticos e parteiras e combater o charlatanismo. Tais escolas seriam fundadas nas províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão. Em 1863 o projeto foi avaliado por uma comissão nomeada pela Congregação que, no parecer, negou a falta generalizada de médicos e farmacêuticos – não citando a falta de parteiras – e a necessidade de suprir tais carências através de escolas secundárias para a formação de profissionais de segunda classe, afirmando serem suficientes as duas Faculdades de Medicina existentes naquele momento. Para negar tal projeto, a comissão afirmava que a formação por essas escolas secundárias seria precária, que esses profissionais concorreriam com os profissionais diplomados e não necessariamente aniquilariam o charlatanismo, podendo apenas substituí-lo. Caso fosse verificada a necessidade de profissionais em

determinadas localidades, a comissão propunha que se desse licença aos "curandeiros", ou seja, aos práticos, que já exerciam o ofício. No entanto, caso fosse inevitável a criação de escolas secundárias, a comissão propunha algumas emendas. No caso das parteiras, deveria ser exigido que além das matérias teóricas, houvesse um exame prático. Por fim, a Congregação rejeitou tal projeto (SOUZA, 1998, p. 97-101).

Quanto ao número de parteiras diplomadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Maria Lucia de Barros Mott de Melo Souza comenta, tendo por base as memórias históricas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que entre 1834 e 1876, apenas 13 alunas se formaram no período (SOUZA, 1998, p. 128). Entretanto, existe uma divergência entre seus dados e os de Dilce Rizzo Jorge, que teve como parâmetro as informações fornecidas no livro de registro de diplomas. Observe a tabela abaixo:

Tabela 1: Número de parteiras diplomadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX

PARTEIRAS DIPLOMADAS PELA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

ANO	DILCE RIZZO JORGE	MARIA LUCIA MOTT	ANO	DILCE RIZZO JORGE	MARIA LUCIA MOTT
1832/1833	0	0	1872	2	0
1834	1	1	1873/1874	0	0
1835/1837	0	0	1875	0	1
1838	0	1	1876	1	1
1839	2	1	1877/1878	0	0
1840/1852	0	0	1879	1	0
1853	1	1	1880	0	0
1854	0	0	1881	1	0
1855	1	0	1882/1887	0	0
1856	0	0	1888	2	0
1857	1	1	1889/1893	0	0
1858/1866	0	0	1894	1	0
1867	1	0	1895/1897	0	0
1868	0	2	1898	1	0
1869	0	2	1899	1	0
1870	1	2	1900	1	0
1871	1	0	**TOTAL**	**20**	**13**

Não se pode considerar como zero os números obtidos por Mott após 1876, já que afirma que entre os anos de 1834 e 1876, foram 13 as parteiras diplomadas, não informando nada além desse último ano. No entanto, ela comenta que segundo Dilce Rizzo Jorge, entre 1832 e 1901, 21 alunas se formaram, o que condiz com a verdade (SOUZA, 1998, p. 128). Como esta pesquisa só se interessou nos dados obtidos até o ano de 1900, na tabela de Rizzo Jorge somente 20 se formaram no período, porém em 1901 houve uma parteira diplomada pela Faculdade de Medicina.

O que não pode deixar de se notar é a discrepância entre os números de parteiras diplomadas ano a ano obtidos pelas duas pesquisadoras. Ambas coincidiram que em 1834 uma parteira foi diplomada, o que condiz com o ano de diplomação de Maria Josephine Matilde Durocher. A partir daí, existe mais divergências que coincidências. Essas coincidências somente voltam a aparecerem números relativos aos anos de 1853, 1857 e 1876.

Enfim, sobre a presente pesquisa, muito pouco foi encontrado sobre o curso de partos oferecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foram encontradas somente algumas passagens sobre o mesmo e a menção sobre o seu funcionamento na elaboração do projeto dos Estatutos da Faculdade de Medicina descrita nos livros de atas da congregação. Além disso foram encontradas algumas matriculas de alunas que frequentaram o mesmo no livro de matrícula no curso de partos, aberto em 1838, porém com apenas três páginas escritas, com o registro de matrículas entre os anos de 1838 e 1857.

A primeira menção encontrada sobre o mesmo foi no Livro de Atas da Congregação, com data de 10 de março de 1834, informando ter sido deferido o requerimento de Josephina Matilde Duroucher, que pedia matrícula na aula de partos, sendo nomeado “para a examinar de primeiras letras” o Professor Felizardo Joaquim da Silva Morais (CEDEM, 1831, p. 38).

Em 12 de setembro de 1837 entrou em discussão, na Ordem do Dia, o art. 90 do projeto de elaboração dos Estatutos pela comissão encarregada. Segundo esse projeto, o Curso de Partos seria teórico e prático. No teórico seriam feitas duas lições por semana e no prático, uma visita clínica cotidiana e duas preleções de clínica por semana. No entanto não se sabe se esse curso se referia ao que deveria ser ministrado aos alunos de Medicina, às mulheres que desejassem ter o diploma de parteira ou a ambos (CEDEM, 1831, p. 149).

Na sessão do dia 16 de setembro, em discussão adiada anteriormente, foi lançada uma proposta pelo Dr. Thomaz, de retirar sua emenda e de substituí-la por outra, suprimindo o art. 90 e requisitando aos Poderes competentes a fundação de uma Casa de Maternidade e a criação de uma Cadeira de Clínica de Partos, Moléstia de Mulheres Pejadas e Paridas e de Meninos Recém-nascidos. Depois de discutida a matéria e passando-se à votação, foi aprovada a proposta, tendo votado contra o Senhor Ferreira. Por indicação do Diretor, a Congregação decidiu favoravelmente à proposta do Doutor Thomaz e resolveu incluí-la nos Estatutos. Na mesma sessão o Dr. Ferreira propôs que a Cadeira de Clínica de Partos fosse conferida por concurso, o que foi aprovado, decidindo a Congregação que se tratasse toda essa matéria na sessão dos Estatutos relativa às Clínicas (CEDEM, 1831, p. 151).

Apesar de todos os esforços da Congregação em cobrar a instalação de uma maternidade, isso aparentemente não era uma prioridade aos olhos do Governo Imperial. Enquanto isso, os problemas enfrentados pelo lente da Cadeira de Partos para ministrar suas aulas práticas eram intensos. Desde a falta de cadáveres do sexo feminino a de enfermarias para lecionar as aulas de clínica. Nesse último caso, isso se devia a problemas enfrentados com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia ou com as irmãs de caridade que lá trabalhavam. Já foi visto anteriormente que as relações entre a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Santa Casa da Misericórdia sempre foram pautadas pela instabilidade.

A falta da aula de clínica da Cadeira de Partos já era criticada pelo Dr. Sigaud[8] em 1835. De acordo com o mesmo, embora o curso teórico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro fosse completo, o ensino

[8] José Francisco Xavier Sigaud nasceu em Marselha (França), em 2 de dezembro de 1796, e era filho do negociante Jeronymo Sigaud e de Marie Catarine Eyglument. Casou- se com Eugene Jeanne Genevieve Fargés, com quem teve as filhas, Victorine Sigaud Souto, que foi a fundadora da Associação Promotora do Ensino dos Cegos criada em 1888, Adèle Marie Louise Sigaud, Camile Sigaud, e um filho Eugenio Pierre Sigaud.Em 4 de maio de 1844, foi condecorado pelo rei da França, Louis Philippe I, com a Cruz da Ordem Real da Legião de Honra, e em 2 de dezembro do mesmo ano foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II, como Cavalheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Naturalizou- se brasileiro em 1854, Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1856.Em 1829, José Francisco Xavier Sigaud, juntamente com Joaquim Cândido Soares de Meirelles, José Martins da Cruz Jobim, Luís Vicente De Simoni e Jean Maurice Faivre, fundou a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, cujas reuniões preparatórias foram realizadas nas residências dos médicos, inclusive na de José Francisco Xavier Sigaud, situada na rua do Rosário, nº 185. Coube a ele, a incumbência da redação do projeto dos estatutos da fundação desta sociedade, e foi, ainda, seu presidente em várias ocasiões (1º trimestre 1830, 1º e 2º trimestres 1832, 1851-1852).Foi responsável pela criação do primeiro jornal da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulado O Semanário de Saúde Pública, lançado em 3 de janeiro de 1831 e publicado até 1835, tendo dirigido o periódico juntamente com José Maria Cambuci do Valle e Fidélis Martins Bastos. Participou da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, estabelecido pelo decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, sendo seu diretor até sua morte em 1856. Em 19 de junho de 1859 foi inaugurado um pedestal em sua homenagem no salão nobre do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, com os seguintes dizeres: "J. F. X. Sigaud collaborador de J.A.Azevedo na fundação do Instituto dos Meninos Cegos e primeiro director do mesmo instituto". Em 1890 o instituto, já então denominado Instituto Benjamim Constant, foi transferido para o prédio na Praia da Saudade (atual Avenida Pasteur, Bairro da Urca), na cidade do Rio de Janeiro, e nas proximidades deste novo prédio posteriormente foi aberta uma rua a qual foi denominada como Rua Dr. Xavier Sigaud (SIGAUD; COC/FIOCRUZ).

prático era reduzido e enquanto não se construísse uma maternidade, só haveriam mulheres ignorantes iniciadas na arte da trapaça e de palavras misteriosas e médicos moços criados com as frases de Valpeau – famoso cirurgião francês da época e autor de Traité elementaire de l'art des accouchements, tratado muito utilizado nas aulas de partos –, com a memória rica de posições do feto que suas mãos nunca poderiam apreciar (SOUZA, 1998, p. 59).

Certamente essa situação, a falta de uma maternidade, deixava o lente[9] da Cadeira de Partos da Faculdade de Medicina refém da boa vontade do Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Isso fica demonstrado em ata da sessão da congregação do dia 21 de agosto de 1854 quando o Diretor da Faculdade de Medicina solicita ao lente da Cadeira de Partos que abra a aula de sua respectiva clínica, ou seja, quase terminando o ano letivo que é solicitado ao lente de partos para dar início às aulas de clínica. Entretanto, isso fica mais evidente quando na sessão do dia 26 de agosto foi lido um ofício ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia pedindo para que fosse franqueada a enfermaria de partos do Hospital da Santa Casa a fim de poder, o lente de partos daquela Faculdade, entrar em exercício da cadeira da respectiva clínica. Não se sabe se o pedido do Diretor foi aceito naquele momento, porém a má vontade da Santa Casa, seja pela Provedoria ou pela administração das irmãs de caridade, continuará sendo constante até a década de 1880 (CEDEM, 1850).

Trinta e cinco anos após as críticas do Dr. Sigaud, nada havia mudado e não só o lente de Partos sofria com a falta de uma enfermaria de mulheres na instituição. O lente da Clínica Externa também sofria com o mesmo problema para ministrar suas aulas. Em relatório enviado pelo Dr. Jobim, Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ao Ministro dos Negócios do Império em 1870, o médico se lamentava da falta de uma clínica de partos e se lastimava da falta de conhecimentos dos alunos por não poderem servir como internos nas casas de saúde ou no Hospital da Santa Casa. Segundo ele, saíam da Faculdade sem saber reconhecer o tipo de apresentação do feto, sem praticarem o toque vaginal ou o cateterismo nas mulheres devido ao "excessivo pudor e funesto fanatismo" das irmãs de caridade na Santa Casa da Misericórdia, que se recusavam constantemente a conceder uma enfermaria de mulheres ao lente de Clínica Externa. Jobim admitia o empenho do Provedor da Santa Casa, uma vez que esse havia expedido ordens para que fossem atendidas as requisições da Direção da Faculdade de Medicina porém, não poupava críticas ao conservadorismo das religiosas (SOUZA, 1998, p. 64).

[9] Lentes é como eram denominados os docentes no século XIX

Não obstante, dois anos após foi o Provedor que se recusou a atender a requisição da Direção da Faculdade em ceder ao lente de Clínica Externa uma enfermaria cirúrgica de mulheres. Na sessão do dia 11 de abril de 1872 foi lido ofício remetido ao Ministro do Império relatando tal recusa. Na sessão do dia 23 de maio foi lido Aviso do Ministério do Império mandando informar quais os motivos em que se fundava a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia para persistir na recusa em ceder uma enfermaria cirúrgica de mulheres para o ensino dos alunos da Faculdade de Medicina. O Sr Diretor, o Barão de Santa Isabel, então remeteu ofício ao Ministério do Império informando os motivos no qual se fundava o Provedor da Santa Casa de Misericórdia para recusar ceder ao lente de Clínica Externa uma enfermaria cirúrgica de mulheres (CEDEM, 1870). Não existe na ata da sessão do dia 23 de maio de 1872 nada que esclareça o motivo ao qual se fundava o Provedor da Santa Casa para recusar ceder uma enfermaria cirúrgica de mulheres e muito menos se sabe qual foi o resultado da contenda.

Enquanto o Governo Imperial não encontrava uma solução para esse impasse entre a Faculdade de Medicina e a Santa Casa da Misericórdia, diversas maternidades privadas passaram a oferecer seus serviços a mulheres que podiam pagar pelo parto clínico. Em pesquisa realizada junto ao Jornal do Commercio em 9 de junho de 1865, encontra-se o anúncio da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda e Maternidade, na rua da Ajuda nº 66 e 68, no centro da cidade, fundada pelo Dr. Manuel Joaquim Fernandes Eiras.

> CASA DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DA AJUDA E MATERNIDADE. RUA DA AJUDA 66 E 68, O Dr. Eiras, de volta de sua viagem da Europa, onde visitou e estudou os hospitaes de França, Inglaterra, Portugal, Belgica e Allemanha, reassumindo hoje a direcção de sua casa de saude, trata immediatamente de reforma-la, dotando-a dos melhoramentos que os progressos da sciencia tem conquistado. O Dr. Eiras trouxe apparelhos e instrumentos não só para o tratamento de certas moléstias como para o conforto e bem estar dos doentes: taes como, o apparelho inamovível de Bonnet, de Lyon, a machina galvanica de Remak para o tratamento das molestias nervosas e musculares, apparelhos de d uches, ditos a vapor, de Langlebert, e outros. Grato á confiança que a digna classe medica e o illustrado publico continuou a depositar em sua ausencia ao seu estabelecimento, para o que concorrêrão os esforços dos seus dignos medicos e em particular a direcção do Sr. Dr. Torres Homem, promette-lhes para corresponder e continuar a merecer a mesma confiança, importantes melhoramentos, todo o zelo e dedicação possivel. A administração actual esta a cargo de seu irmão. As enfermarias são visitadas diariamente por seus respectivos medicos a saber: MEDICINA – Os Srs. Dr. Paula Costa, Dr. Torres Homem e Dr. Eiras. CIRURGIA E MATERNIDADE – Sr. Dr. João Baptista dos Santos. (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1865).

Em 2 de janeiro de 1870 aparece o anúncio de uma nova clínica de saúde oferecendo o serviço de cirurgia e partos. Situada no Cais Pharoux nº 1, na atual região da Praça XV, centro da cidade do Rio de Janeiro, era administrada pelo Dr. Joaquim Antonio de Faria.

> CASA DE SAUDE ALLO-HOMEOPATHICA DE NOSSA SENHORA DA GLORIA – RUA FRESCA N. 1 (PHAROUX) – dirigida pelo Dr. Joaquim Antonio de Faria. Cirurgia e partos: Lucas Antonio de Oliveira Catta-Preta e Joaquim Antonio de Faria. (JORNAL DO COMMERCIO, 1870)

Em 12 de junho de 1870, aparece o anúncio de uma nova clínica na cidade, esta fundada e administrada pelo Dr. João Baptista dos Santos, antigo médico parteiro responsável pela clínica de partos da Casa de Saúde do Dr. Eiras para fundar a sua própria clínica.

> CASA DE SAÚDE DO SENHOR BOM JESUS DO CALVARIO – DO DR. BAPTISTA DOS SANTOS – RUA DE S. PEDRO 425 [...] quartos especiaes para tratamento e operações dos olhos, para partos e tratamento das molestias proprias das mulheres [...] (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1870)

Aliás, o ano de 1870 foi profícuo no estabelecimento de casas de saúde que também se dedicavam ao parto. Em anúncio de 8 de dezembro de 1870, o Dr. Childloe, médico homeopata, oferece serviços de homeopatia, oftalmologia e de partos, em sua clínica na rua do Hospício nº 170.

> CASA DE SAUDE DO DR CHILDLOE. MEDICO HOMOEOPATHA, OCULISTA E PARTEIRO. 170 Rua do Hospicio 170. Especialmente destinada para tratar e operar os doentes de molestias de olhos. CURA DA CATARATA SEM OPERAÇÃO. Tratamento suave e isento de todo e qualquer perigo, reservada a operação para casos excepcionaes. (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1870).

Em 3 de janeiro de 1875 foi encontrado anúncio de parteira estrangeira que criou a sua própria maternidade, concorrendo assim, em condições de igualdade com os médicos parteiros. Mme Daure, de reputação como parteira já estabelecida na praça, instalou sua maternidade na antiga Casa de Juízo de Órfãos.

> MATERNIDADE S. VICENTE DE PAULA. Mme Daure, parteira approvada pela Faculdade de Medicina de Pariz e do Rio de Janeiro, participa ao respeitavel publico, e em particular ao seus freguezes, que tendo mudado o seu estabelecimento da rua do Espírito-Santo n. 20 para a travessa da Barreira n. 43 (antiga casa de juízo de orphãos), preparou a mesma com todas as accomodações necessárias a uma casa de maternidade de primeira ordem, onde recebe parturientes onde serão tratadas com todo o desvelo e por preços moderados.Acham-se á disposição do estabelecimento medico-parteiros para as necessarias occasiões e partos difficeis, assim como excellentes enfermeiras.Continua a acudir a chamados com promptidão a qualquer hora. Dá consultas todos os dias do meio- dia ás 2 horas. (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1875)

Contudo, ainda no mês de janeiro de 1875 aparecem, na coluna Annuncios do mesmo jornal, as propagandas de três novas Casas de Saúde. Em 13 de janeiro aparece o anúncio da Casa de Saúde São Sebastião, do Dr. Felicio dos Santos, lente da Faculdade de Medicina, que possui duas instalações: no Campo da Aclamação, esquina com a rua do Hospício, e na rua da Pedreira da Candelária nº 82, Chácara. Em 20 de janeiro, o anúncio da antiga Casa de Saúde de N. Sª da Glória, na rua Fresca nº 1, no Cais Pharoux, que passou a ser administrada pelos Drs. Catta Preta, lente da Faculdade de Medicina, Marinho e Furquim Werneck. Por fim, em 24 de janeiro, aparece o anúncio da Casa de Saúde do Morro

de São Lourenço, administrada pelo Dr. Figueiredo Magalhães. A seguir pode-se observar os referidos anúncios respectivamente.

> CASAS DE SAUDE DE S. SEBASTIÃO. COM A DIREÇÃO DO DR. FELICIO DOS SANTOS. CAMPO DA ACCLAMAÇÃO. ESQUINA DA RUA DO HOSPICIO E RUA DA PEDREIRA DA CANDELARIA N. 82. CHACARA. Estas casas, que em poucos mezes hão merecido grande aceitação do publico e do corpo medico [...] Recebem doentes de todas as classes e de ambos os sexos por preços modicos e relativos á posição social dos pacientes. Os medicos effetivos são professores de medicina e cirurgia e especialistas dos mais distinctos [...] Serviço especial de molestias dos olhos, de pelle, partos, etc [...] (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1875)
>
> CASA DE SAUDE DOS DRS. CATTA-PRETA, MARINHO E WERNECK. 1 RUA FRESCA 1 (Caes Pharoux) [...] Cirurgia - Dr. Catta-Preta; Partos e molestias de mulheres – Dr. Furquim Werneck; Molestias de crianças – Dr. Marinho [...] (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1875)
>
> CASA DE SAUDE DO MORRO DE S. LOURENÇO. ANTIGA DO DK TAVANO. Este magnífico estabelecimento dirigido pelo Dr. Figueiredo Magalhães [...] tem enfermarias geraes, e quartos particulares para livres e escravos de ambos os sexos, salas de maternidade, alojamento para alienados, aposentos para doentes de olhos, etc., pelos preços das outras casas de saude [...] (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1875)

Em 1876 o Dr. José Rodrigues dos Santos criou uma casa de partos e maternidade e um ano depois a instalou no bairro de Vila Isabel, na rua Vila Isabel, nº 12, nomeando-a“Casa de Saúde e Maternidade Santa Isabel”. Nos anos seguintes o Dr. Rodrigues dos Santos iniciou uma campanha de transferência desta maternidade, da esfera privada para o poder público. A Câmara Municipal encampou a ideia e em 1880 a Maternidade Municipal de Santa Isabel começou a funcionar provisoriamente na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, instituição essa fundada pelo Dr. Eiras, situada na rua da Ajuda, nº 66 e 68, bem no coração da cidade.

Entretanto, a Casa de Saúde de Santa Isabel, como instituição privada continuou a funcionar no bairro de Vila Isabel, agora sob a administração do Dr. Marcolino José Avena. Em 16 de dezembro de 1880, aparecem dois anúncios da instituição no Jornal do Commercio.

> CASA DE SAUDE DE SANTA ISABEL. Por despacho dado pela Junta de Hygiene Publica, em sessão de 24 de novembro do corrente ano, foi concedido ao Dr. Marcolino José Avena estabelecer-se com casa de saúde à rua Villa Isabel n. 12, para receber doentes e convalescentes de ambos os sexos. – Dr. J. M. Avena.
>
> CASA DE SAUDE DE SANTA ISABEL 12 RUA VILLA ISABEL 12 (NO MORRO) O Dr. M. J. Avena [...] coadjuvado pelo Dr. Pires de Almeida, faz sciente ao respeitavel publico que acha-se estabelecido e prompto a receber doentes de ambos os sexos [...] assim como partos e operações [...] (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1880)

Pelos relatórios enviados à Câmara Municipal pelo diretor da maternidade, o Dr. José Rodrigues dos Santos – que havia sido nomeado pela Câmara Municipal, presidida pelo Dr. Bezerra de Menezes, também médico –, esta atendia mulheres que viviam na cidade do Rio de Janeiro, todas muito jovens

e mais da metade das parturientes, escravas, ou seja, mulheres sem recursos para custear o internamento em uma casa de saúde privada ou sem nenhuma rede de apoio (BARRETO, 2013, p. 4-6).

A instalação de uma maternidade pública passou a ser vista pela Direção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como uma opção satisfatória para as aulas de clínica das Cadeiras de Parto e de Clínica Externa. Isso devido aos constantes problemas com a Santa Casa da Misericórdia.

Em 1881 as aulas passaram a ser ministradas na Maternidade Municipal da rua da Ajuda. Em sessão de 25 de abril de 1882, ao ler a memória histórica do ano anterior, o Dr. Ramiz Galvão, redator da mesma, foi repreendido pela Congregação por omitir a informação sobre a instalação da Maternidade Municipal e sobre as aulas de clínica de partos ministradas em suas instalações, omissão que o mesmo Dr. Ramiz Galvão declarou que seria sanada (CEDEM, 1880).

No entanto, parece ter durado pouco a utilização daquelas instalações. Em relatório do ano de 1884, escrito pelo então Diretor da Faculdade de Medicina, o Dr. Sabóia, a clínica de partos funcionou apenas por um ano, entre 1881 e 1882, uma vez que a Maternidade era provida com recursos Câmara Municipal deixou de prover financeiramente a instituição e os alunos tiveram que retornar ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Contudo, as irmãs de caridade se recusaram a ceder o espaço para as aulas de clínica. Segundo o Diretor, a oposição das religiosas era tão grande, que estava persuadido de que elas se serviriam de todos os meios para que as mulheres que fossem dar a luz na enfermaria de mulheres nunca mais voltassem, caso precisassem novamente dos socorros de um parteiro. Apesar disso, no mesmo ano de 1884 a enfermaria foi autorizada e instalada na antiga Secretaria da Santa Casa porém, ainda refém de diversas dificuldades, funcionando assim de forma precária (SOUZA, 1998, p. 66 e 67).

Apesar da proposta de fundação de uma Casa de Maternidade pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde 1837, somente oitenta e um anos após, com a incorporação, por doação, da Maternidade do Rio de Janeiro - sediada no bairro de Laranjeiras - à Faculdade de Medicina em 1918, ou seja, já durante a República, é que a instituição passaria a ter uma instalação própria para a realização do parto, uma Maternidade Escola para o ensino prático aos alunos de medicina e do curso de obstetrícia.

Quanto ao curso de partos oferecido pelas Faculdades de Medicina, esses eram balizados pela Lei de 3 de outubro de 1832, que em relação ao referido curso, era muito sucinto. O Art. 19 determinava que deveria haver um curso particular para as parteiras, feito pelo Professor de Partos. O Art. 20 determinava que o ano letivo começaria no primeiro dia do mês de março e acabaria no último dia do mês de outubro. Os exames anuais seriam realizados após o encerramento do ano letivo, ou seja, 31 de outubro e deveriam prosseguir até o dia 20 de dezembro. Não haveria feriado, senão nos dias santos e de festa nacional, com exceção das aulas clínicas, que não seriam interrompidos por feriado algum. O Art. 22 determinava que a estudante que se matriculasse para obter o título departeira deveria ter pelo menos dezesseis anos, saber ler e escrever corretamente e apresentar atestado de bons costumes passado pelo juiz de paz de sua respectiva freguesia e de acordo com o Art. 26, as parteiras que se formassem nas Faculdades de Medicina do Brasil somente seriam obrigadas a pagar por seus diplomas. Sobre os exames preparatórios, o Art. 23 somente mencionava que esses deveriam ser feitos por três professores públicos, nomeados pela Faculdade e acompanhados do secretario daquela instituição. As Faculdades deveriam estabelecer nos estatutos a forma de aplicação desses exames. Em momento algum se menciona que as candidatas à parteira deveriam ser examinadas nos mesmos, porém isso fica subentendido, já que eram obrigadas a saber ler e escrever corretamente e para que a Faculdade pudesse obter a veracidade dessas informações, somente através do exame preparatório. No entanto, não fica claro quais as disciplinas que deveriam ser exigidas às candidatas. Por fim, os exames anuais seriam públicos e sobre as materias lecionadas no curso, nada comentava. Seria retirado o ponto a ser examinado por sorte pela própria estudante. Os estatutos internos deveriam determinar a sua distribuição e forma (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1832b).

A primeira aluna do curso particular de partos foi Maria Josephina Matilde Durocher. Apesar de ter se matriculado no referido curso no ano de 1833, a única menção à sua presença na mesma data de 10 de março de 1834, quando na ata da sessão daquele dia o lente de partos, o Dr. Felizardo Joaquim da Silva Morais, foi nomeado para examiná-la “de primeiras letras”.

> Foi deferido o requerimento de Josephina Matilde Duroucher que pede matricula na Aula de Partos; e nomeou-se para a examinar de primeiras lettras ao Professor Felizardo Joaquim da Silva Morais (CEDEM, 1831, p. 38).

Em relação a pesquisa sobre o curso de partos propriamente dito, foi encontrado apenas um documento, o Livro de Matrículas no Curso Particular de Partos. Muito degradado em função do tempo e da ação de insetos, possui termo de abertura porém, apesar de mencionado, não possui termo de encerramento. O termo de abertura possui os seguintes dizeres:

> Este livro [foi aberto para] nelle se lançarem os [assentamentos das] matrículas do curso particular de partos. Tem cento e treze folhas todas numeradas e por mim rubricadas com a rubrica de que uso – [...] e leva no fim o termo de encerramento.
>
> Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 4 de [...] de 1838 (CEDEM, 1838).

Algumas coisas são interessantes nesse termo. Não existe assinatura de ninguém no termo de abertura e nem a rubrica, apesar de citado. Além da ausência no termo de abertura, a rubrica também não aparece nas folhas subsequentes.

A data da abertura está ilegível, porém acredita-se que o termo de abertura seja datado do dia 4 de fevereiro, já que o número 4 está legível e no dia 5 de fevereiro terem sido abertas as matrículas do curso naquele ano. A primeira aluna matriculada foi Maria Victoria Adelaide M. Gonçalves em dia não encontrado por estar ilegível, no mês de março de 1838.

> Aos scinco de fevereiro de 1838 se abrirão as matriculas do curso particular de partos. E para constar [...] termos que assino. Dr. Luiz Carlos da Fonseca.
>
> Aos [...] de março do mesmo ano compareceu [para se] matricular Maria Victoria Adelaide M [...] Gonçalves e aprezenta recibo ao thezoureiro de haver pago a taxa de matricula, certidão do exame preparatorio e attestado de bons costumes [...] Dr. Luiz Carlos da Fonseca (CEDEM, 1838, p. 1).

O exame de Maria Victoria fica subentendido no livro de atas da congregação na sessão do dia 5 de março de 1838 quando da leitura de Aviso do Governo convidando o lente da Cadeira de Partos, o Dr. Felizardo Joaquim da Silva Moraes, a examinar de “primeiras letras” uma matriculanda no curso de partos.

> Tomando outra vez vigor os trabalhos ordinários, leram-se dois Avisos do Governo. O primeiro participando ter-se já expedido Aviso convidando o Professor Felizardo Joaquim da Silva Moraes, para vir examinar de primeiras letras uma matriculanda do Curso Particular de Partos (CEDEM, 1831, p. 174 e 175).

O encerramento das matrículas é datado de 2 de abril e possui um termo de encerramento de matrículas. O referido termo é seguido de informação sobre o “exame de primeiras letras” da candidata Maria Victoria, sem mencionar seu nome, que é datado do dia 3 de abril de 1839. O interessante é que em nenhum momento os assentamentos são assinados pelo Dr. Felizardo Joaquim da Silva Moraes, lente catedrático de partos e sim, pelo Dr. Luiz Carlos da Fonseca, possivelmente o Secretário e talvez lente substituto.

> Termo de Encerramento.
>
> Aos dous de abril de mil oitocentos e trinta e oito se fecharão as matriculas do curso particular de partos. E para constar fiz este termo que assigno. Dr. Luiz Carlos da Fonseca.

> Exame de primeiras letras da candidata.
>
> Aos trez de abril de mil oitocentos e trinta e nove se encerrarão as matriculas do curso particular de partos. De que para constar fiz este termo que assino. Dr. Luiz Carlos da Fonseca. (sic) (CEDEM, 1838, p. 1)

Maria Victoria foi aprovada ao final do curso e isso fica comprovado no trabalho de Maria Lucia de Barros Mott de Melo Souza que afirma que uma parteira foi diplomada no ano de 1839 (SOUZA, 1998, p. 128), assim como no trabalho de Dilce Rizzo Jorge que, tendo como base o livro de registro de diplomas – não encontrado nesta pesquisa –, duas parteiras foram diplomadas no ano de 1839 (JORGE, 1974, p. 77 e 78). Para tal, ambas deveriam ter sido matriculadas no ano de 1838. Já em relação à vida profissional da parteira Maria Victoria, nada se sabe.

Contudo, Mott afirma que em 1838 uma aluna foi diplomada. Se isso é verdade, não apareceria o nome dela no livro de matrículas do curso particular de partos, porém também não aparece o nome de nenhuma parteira solicitando exame de segundo ano no livro de atas da congregação no ano de 1838. E se duas alunas se matricularam em 1838 e se formaram em 1839, como afirma Rizzo Jorge, além de Maria Victoria, quem foi a outra? Pelo livro de matrículas no curso particular de partos, somente Maria Victoria M. Gonçalves se matriculou naquele ano de 1838. Isso demonstra que essa pesquisa traz mais questionamentos que certezas. A única certeza que fica é queo curso possuía baixa procura e frequência e que as alunas frequentavam as aulas de partos junto com os alunos de medicina na segunda parte do curso de obstetrícia.

Alguns questionamentos devem ser levantados sobre a matrícula de Maria Victoria M. Gonçalves. Para se matricular, a futura aluna teve de apresentar recibo ao tesoureiro de que havia pago a taxa de matrícula, certidão do exame preparatório e atestado de bons costumes. Já foi visto que o Art. 22 da Lei de 3 de outubro de 1832 apenas determinava que a estudante que se matriculasse para obter o título de parteira deveria ter, pelo menos dezesseis anos, saber ler e escrever corretamente e apresentar atestado de bons costumes passado pelo juiz de paz de sua respectiva freguesia e que, de acordo com o Art. 26, somente seria obrigada a pagar por seu diploma. E já que era obrigada a saber ler e escrever corretamente, e a fim de que a Faculdade pudesse obter a veracidade daquelas informações, era cabível exigir que realizasse o exame preparatório. Entretanto, a Lei nada comenta em obrigação de candidatas a parteira pagarem taxa de matrícula. Certamente a Lei era interpretada da forma que convinha aos lentes da Faculdade de Medicina.

O próximo assentamento do livro de matrículas do curso de partos é datado de 8 de março de 1849, ou seja, quase onze anos após o último, de Maria Victoria M. Gonçalves. Consta de abertura de matrículas e inscrição de Maria Lacosta. Um ano após, outra candidata, Felicíssima Rosa Pereira Ferreira, também se matriculou no curso. Um novo personagem aparece assinando a inscrição dessa última candidata: o Dr. José Maria Lopes da Costa, que passa a assinar como Secretário. Também não se sabe se o mesmo é lente substituto. A única coisa que se sabe que também era médico, uma vez que isso era uma exigência desde a promulgação da Lei de 3 de outubro de 1832, que em seu Art. 8. determinava que o Secretário fosse da profissão médica e que fosse nomeado pela Faculdade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1832b).

> Aos oito de março de mil oitocentos e quarenta e nove se abrirão as matriculas do curso particular de partos. E para constar faço este termo que assino. Dr. Luiz Carlos da Fonseca.
>
> No mesmo dia mesmo ano compareceu para matricular Maria Lacosta approvada em preparatorios na forma da Lei, tendo no termo [...] escripto Maria da Costa, devendo ser [...] Maria Lacosta, [...] é a propria, [...] e dou fé. Dr. Luiz Carlos da Fonseca.
>
> Aos desesseis de fevereiro de mil oitocentos e cinqüenta abriram as matriculas do curso particular de partos. E para [...] fiz este termo [...]. Dr. Jose Maria Lopes da Costa.
>
> Em 1 de março do mesmo ano matriculou-se D. Felicissima Rosa Pereira Ferreira approvada – Conhecimento em Gramatica Portugueza e Arithmetica.
>
> Em 31 de março do mesmo ano encerrarão-se as matriculas. Dr. Jose Maria Lopes da Costa (CEDEM, 1838, p. 2).

Pouco se sabe do destino de ambas as candidatas, se concluíram o curso,se foram diplomadas ou não. Sobre Lacosta nada se sabe, porém, aparentemente, Felicíssima foi diplomada. Essa última era viúva do farmacêutico Juvêncio Pereira Ferreira, a quem Durocher se dizia tributária de seus ensinamentos, e que pediu dispensa da frequência do primeiro ano do curso de partos com o apoio de Durocher, que em carta declarava que a requerente havia praticado, sob sua direção, 128 partos. Não se sabe se sua solicitação foi atendida. Aparentemente frequentou o curso como ouvinte. Sabe-se ainda que Felicíssima publicou trabalhos na revista da Academia Imperial de Medicina, o que seria impossível se não fosse parteira diplomada (SOUZA, 1998, p. 54-55 e 206-207).

De qualquer forma, tanto Maria Lacosta quanto Felicíssima Rosa Pereira Ferreira deveriam ser diplomadas nos anos de 1850 e 1851 respectivamente. Contudo, novamente se reportando a Dilce Rizzo Jorge etendo como fonte o livro de registro de diplomas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fonte essa não encontrada nesta pesquisa, entre os anos de 1840 e 1852, não houve nenhuma parteira diplomada na Faculdade de Medicina da Corte (JORGE,

1974, p. 78). Quanto a Mott, tendo como fonte as memórias históricas, também não foram diplomadas parteiras nos anos de 1850 e 1851 (SOUZA, 1998, p. 128). Novamente uma questão sem explicação. Acredita-se que ao menos uma das candidatas tivesse concluído o curso, porém isso também não se pode especular. Nada se comenta no livro de matrículas do curso de partos e nem no livro de atas da congregação.

Após a promulgação do Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851, documento de criação da Junta Central de Higiene Pública, os estatutos das Faculdades de Medicina deveriam ser modificados para que pudessem se adaptar a nova legislação. Com essa finalidade, o Poder Legislativo aprovou os novos estatutos através do Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854, somente serão citados artigos pertinentes ao curso obstetrício.

De acordo com o Art. 8, o curso obstetrício consistiria na frequência, em ambos os anos, da cadeira de partos do 4º ano médico e da respectiva clínica na Santa Casa da Misericórdia, fazendo-se os exercícios em enfermaria especial ou sob a direção do respectivo Lente em uma casa de maternidade que o Governo deveria criar, quando possível.

No Art. 82, os alunos que quisessem se matricular em qualquer das Faculdades deveriam se habilitar, no caso do curso obstetrício, em leitura e escrita, nas quatro operações de aritmética e em francês. As pessoas do sexo feminino que quisessem frequentar este curso deveriam ter pelo menos 21 anos de idade e, sendo solteiras, apresentar licença de seus pais ou de seus responsáveis. Sendo casadas, o consentimento de seus maridos.

O Art. 83 determinava que os exames preparatórios deveriam ser feitos perante professores públicos designados pelo Governo na Corte e pelo Presidente da Provincia da Bahia em Salvador. Os Professores nomeados não poderiam escusar-se sem motivos legítimos. Tais motivos seriam julgados pelo Governo e as sanções seriam aplicadas com base nas penas impostas no Art. 115 do Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. De acordo com o Art. 86, somente seriam isentas dos exames de preparatórios aquelas que apresentassem diploma de bacharel em letras do Colégio Pedro II ou título de aprovação nos concursos anuais da capital do Império, na conformidade do Art. 112 do Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, ou certidão de aprovação dos ditos exames em qualquer das Faculdades de Medicina. Fora destes casos, nada dispensaria os candidatos dos exames.

O Art. 87 determinava que as matrículas começariam no 1º dia do mês de março e se encerrariam no dia 15 daquele mesmo mês, exceto para as matrículas do 1º ano, que poderiam continuar até o fim daquele mês. Encerradas as matrículas, nenhuma estudante, fosse qual fosse o motivo alegado, seria admitida a matricular-se.

De acordo com os Art. 93 e 94, a taxa de matrícula seria dividida em duas prestações, sendo a primeira paga no princípio e a segunda no final do ano letivo. O pagamento da última prestação precederia a segunda matrícula, que teria lugar entre os dias 15 e 30 de outubro. Para esse fim, bastaria a estudante apresentar ao Secretário o comprovante de pagamento da taxa. Por outro lado, a falta da comprovação de pagamento desta inibiriaa estudante a ser admitida a realizara segunda matrícula.

O Art. 96 determinava que logo que fosse finalizada a matrícula no dia 15 de março, na mesma data teriam início as aulas das Faculdades, devendo estas serem realizadas até o dia 30 de outubro, quando seria encerrado o ano letivo.

O Art. 109 determinava que a Congregação deveria se reunir no dia 3 de novembro, ou no dia anterior se aquele fosse feriado, a fim de julgar as habilitações dos estudantes a serem admitidos aos exames, bem como designar os lentes que deveriam servir de examinadores. Já o Art. 110 determinava que seria julgado habilitada a estudante que não tivesse perdido o ano por excesso de faltas e que houvesse pago a taxa da segunda matricula.

Quanto aos exames, o Art. 111 informava que os mesmos seriam vagos ou por pontos. Caberia à Congregação designar as disciplinas a serem exigidas.

Finalmente, o Art. 114 determinava que a aprovação plena nos exames do curso obstetrício daria direito as pessoas assim habilitadas a obterem um título da Faculdade com o qual, após registrado na Junta de Higiene Pública, poderiam exercer a sua “Arte” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1854).

Observa-se a diferença do que se pedia anteriormente para a diplomação de parteiras e o que se pedia naquele momento. Se antes a candidata de dezesseis anos poderia se matricular no curso, agora só a partir dos vinte e um anos. Se antes se exigia apenas que soubesse ler e escrever corretamente e que apresentassem um atestado de bons costumes passados pelo juiz de paz de sua freguesia, agora se exigia da candidata que não só soubesse ler e escrever, como ter conhecimento das quatro operações de aritmética e de francês. Apesar disso, não ficariam mais sob a confiança do juiz de paz, o que não

quer dizer nada. Passaram à tutela de seus pais, responsáveis ou de seus maridos, o que demonstra o grau de patriarcalismo da sociedade da época.

Em 22 de fevereiro de 1854 foram abertas as matrículas do curso de partos. Em 25 de fevereiro do mesmo ano compareceu para matricular- se Maria Del Carmen Paiva Brioso, após aprovação em escrita e leitura em português e aritmética. Em 31 de março do mesmo ano encerraram-se as matrículas. Não se sabe o porque mas em abril o Dr. José Maria Lopes da Costa reabriu as matrículas e no dia 15 deste mês Maria Del Carmem Paiva Brioso novamente se matriculou. Contudo, aparece o pagamento de prestações referentes a taxas de matrícula. Nesse mesmo dia encerraram-se as matriculas, "de conformidade com os Estatutos" (CEDEM, 1838, p. 2). Observa-se que Brioso ainda não estava enquadrada no novo Estatuto, uma vez que não lhe foi exigida a prova de francês.

Sobre a vida de Maria Del Carmem Paiva Brioso pode ser encontrado vestígios. No livro de atas da congregação, na sessão do dia 3 de novembro do mesmo ano de 1854, consta a seguinte passagem:

> O Sr Diretor propôs para examinadores da Parteira Maria Del Carmen Paiva Briozo, os Srs Dr. Feijó, José Mauricio e Leopoldo da Nobrega; o que foi aprovado (sic) (CEDEM, 1850).

Não se sabe se o exame aconteceu no mesmo e se o registro de seu diploma data do ano de 1854, Na tabela de Dilce Rizzo Jorge, nenhuma parteira é diplomada no ano de 1854, porém aparece o registro de uma parteira no ano de 1855 (JORGE, 1974, p. 78). Como seu curso teve início no ano de 1854, esse exame deve ter sido realizado para comprovar a aptidão da aluna para frequentar o segundo ano do curso de partos. Além disso, como só foram escalados os examinadores de Brioso em novembro de 1854, é provável que seu diploma tenha sido registrado no final do ano de 1855, o que certamente confere com a tabela de Dilce Rizzo Jorge. Já na relação de parteiras diplomadas de Maria Lucia Mott, não existe parteira diplomada no ano de 1855 (SOUZA, 1998, p. 128).

Em relação a sua vida profissional, pelo menos até 1870 a parteira Brioso ofereceu seus serviços, tanto na Corte quanto na cidade de Niterói. Em pesquisa realizada no Jornal do Commercio, foram encontrados nos dias 5 de junho de 1860, 9 de janeiro de 1865 e 2 de dezembro de 1865 respectivamente, anúncios da parteira Brioso oferecendo seus serviços, não só como parteira, mas também para o tratamento de moléstias do útero. Em 30 de dezembro de 1870, Brioso informa a suas clientes estar de mudança do nº 97 para o nº 16 da rua do Catete.

> PARTEIRA. Maria Brioso póde ser procurada na sua residencia, rua da Guarda-Velha n. 39; recebe pensionistas (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1860).

> Mme Brioso, parteira approvada pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, póde ser procurada na sua residencia, rua de S. Pedro n. 9, Nytherohy (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1865).
>
> PARTEIRA – Maria Brioso póde ser procurada na sua residencia, rua de S. José n. 25: dá consulta das 8 ás 10 horas da manhã, trata das molestias do útero e recebe pensionistas. (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1865).
>
> PARTEIRA. Mme Brioso mudou-se da rua do Catette n. 97 para a mesma rua n. 16 (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1870).

Após Brioso, somente mais uma matrícula é encontrada no livro do curso particular de partos, a de Theresa Jesuina Tygna. Em 1 de março de 1856, abriram-se as matrículas do curso de partos e no dia 7, Tygna se matriculou. Aprovada no exame preparatório em leitura, escrita e aritmética, apresentou o pagamento da 1ª e da 2ª prestação da taxa de matrícula. Observa-se que mesmo após a promulgação dos Estatutos de 1854, não foi cobrada a Tygna o conhecimento de francês. Em 3 de abril daquele ano, foram encerradas as matrículas.

> Em 1º de março de 1856, abrira-se as matriculas do curso de partos. E para constar fiz este termo que assigno.
>
> Deolindo de Paula e Oliveira. Secretario interino.
>
> No dia 7 do mesmo mez e ano Theresa Jesuina Tygna approvada em [...] leitura, escripta [...] opperações de Arthmetica, na Instrucção Primaria e Secundaria da Corte. Pg. a 1ª prestação. Pg a 2ª prestação.
>
> Aos 3 de abril do mesmo ano encerrarão-se as matriculas. Dr. Jose Maria Lopes da Costa (CEDEM, 1838).

Em 2 de março de 1857 abriram-se as matrículas do segundo ano do curso de partos, agora denominado curso de obstetrícia. O interessante a observar na matrícula de Tygna para o segundo ano é que pela primeira vez em um assentamento neste livro, detalharam os dados pessoais de uma aluna. Através da matrícula de Tygna ao segundo ano, observa-se que a então aluna do curso era filha de João Aesso Tygna e de Manuela Jesuino Faria, era natural do Rio de Janeiro, tinha 42 anos de idade na época e era casada com Ignacio Manoel da Silva. Dessa forma, dava para saber que Tygna havia nascido em 1814 ou no início de 1815, que seus pais não eram casados legalmente, uma vez que a mãe de Tygna não possuía esse nome – último nome de seu marido - em seu registro e por fim, aparentemente Tygna também não era casada legalmente, por, assim como sua mãe, não ter o último nome de seu marido em seu registro.

> Aos dous de março de mil oitocentos e cincoenta e sete abrirão-se as matriculas do curso de obstetricia. Theresa Jesuina Tygna, filha maternal de João Aesso[...] Tygna, e de Manuela Jesuino Faria, natural do Rio de Janeiro, de 42 anos de idade, frequentou, digo, casada com

> Ignacio Manoel da Silva, frequentou as aulas de Partos no ano proximo passado e apresentou [...] pago a primeira prestação da matricula. Dr. Jose Maria Lopes da Costa, secretario.
>
> Aos trinta e um de março de mil oitocentos e cincoenta e sete encerrarão-se as matriculas do curso obstétrico. Dr. Jose Maria Lopes da Costa.
>
> Aos quinze de outubro de 1857 abrirão-se as segundas matriculas do curso de partos.
>
> D. Theresa Jesuina Tygna, de que trata o termo de matricula da pag. 3. deste livro, apresentou conhecimento [...] pago a 2ª prestação de matricula.
>
> Dr. Jose Maria Lopes da Costa. Secretario.
>
> Theresa Jesuina Tygna. (CEDEM, 1838, p. 3)

Certamente Tygna foi diplomada ao final do ano letivo de 1857 e nisso concordam Dilce Rizzo Jorge e Maria Lucia Mott. Ambas registram que no ano de 1857 uma parteira foi diplomada. Quanto à sua vida profissional, Tygna foi muito atuante, publicando anúncios no Jornal do Commercio oferecendo seus serviços na arte de partejar. Em 1, 9 e 16 de junho de 1870, foram publicados anúncios em que a mesma informa ter mudado para a casa onde morou Madame Durocher, na rua General Câmara nº 113.

> A parteira Tygna – fixou a sua residencia na casa que morou a parteira Durocher, rua do General Camara n. 113, 1º andar, onde póde ser procurada a qualquer hora para os misteres de sua profissão. RECADOS POR ESCRIPTO. (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1870)

Amiga pessoal de Madame Durocher, Tygna foi elogiada em artigo publicado na Revista da Academia Imperial de Medicina pelo Dr. Vicente Sabóia, lente de partos e futuro Diretor da Faculdade de Medicina, como “uma parteira brasileira muito inteligente” (SOUZA, 1998, p. 55).

A matrícula de Tygna no segundo ano do curso de partos foi o último assentamento encontrado no livro de matrículas do curso particular de partos. No entanto, a última aluna do curso de partos encontrada nesta pesquisa foi Isabel de Moraes e Silva. Na sessão da congregação do dia 11 de março de 1870, foi lido requerimento da aluna do segundo ano de partos, Isabel de Moraes e Silva, pedindo admissão aos exames finais por ter deixado de realizá-los em função de ter sido acometida por moléstia comprovada pelo Dr. Dias da Cruz.

> Na segunda parte da ordem do dia, sendo presentes três requerimentos dos alunos João Augusto Pereira Lima, do terceiro ano médico, Bernardino Soares de Azevedo, do segundo ano farmacêutico, e Izabel de Moraes e Silva, do segundo ano de partos, pedindo admissão nos respectivos exames, que deixaram de fazer no tempo competente por motivo de moléstias comprovadas, a do primeiro com atestado do Dr. Antenor Guimarães, e a dois últimos com atestado do Sr. Dias da Cruz; e entrando em discussão e não havendo quem pedisse a palavra, foram postos a votos e foram unanimemente deferidos (CEDEM, 1870).

Isabel foi diplomada após aprovação nesses exames finais. Ao se observar o quadro comparativo de parteiras diplomadas, Dilce Rizzo Jorge afirma que apenas uma parteira foi diplomada e Maria Lucia Mott afirma que foram duas. Novamente vem a pergunta: se foram duas, quem foi a segunda? Não se tem notícia no livro de atas da congregação de outra parteira diplomada no ano de 1870.

Naquele mesmo ano, Isabel deu início à sua vida profissional e aparentemente, gastou bastante dinheiro com propaganda de seus serviços. Em 8 de junho, publicou um anúncio simples informando ser uma parteira brasileira, seu endereço e que recebia pensionistas.

> A PARTEIRA brazileira Isabel de Moraes Silva reside na rua da Imperatriz nº 41, sobrado, e ahi recebe pensionistas (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1870).

Em dezembro daquele ano, investiu bastante na propaganda no Jornal do Commercio nos primeiros dias do mês, não alterando muito a mensagem do texto. Entre os dias 3 e 9, informava ser uma parteira brasileira, a sua residência e a única alteração é que às pensionistas foi incluída a palavra “grávidas”.

> A PARTEIRA brazileira Isabel de Moraes Silva mora na rua da Imperatriz n. 41, sobrado, e ahi mesmo recebe pensionistas grávidas (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1870).

Após essas propagandas, não foram mais encontrados anúncios da parteira Isabel no Jornal do Commercio. No entanto, nos dias 17 e 20 de janeiro de 1885, foram encontrados anúncios de uma certa parteira Silva informando estar disponível para receber chamados a qualquer hora. Por ter o mesmo nome, pode ser que a parteira Silva seja Isabel de Moraes Silva que ficou conhecida apenas pelo último nome.

> PARTEIRA Silva, praça da Constituição nº 16 A. recebe chamados a qualquer hora (JORNAL DO COMMERCIO, 1885).

> PARTEIRA Silva - Recebe chamados a pensionistas, a qualquer hora; na praça da Constituição nº 16 A, 2º andar (JORNAL DO COMMERCIO, 1885).

Não se pode ter certeza se Silva realmente era Isabel Moraes Silva. No entanto, se não for, seria a parteira Silva uma parteira leiga? De qualquer forma, se Silva era Isabel ou se era uma parteira leiga, são mais algumas das perguntas sem respostas levantadas nesta pesquisa.

Em 6 de maio de 1895, a Congregação tomou conhecimento de que a candidata ao curso de Obstetrícia, Luiza Nunes de Souza Cunha, pedia matrícula na 1ª série do referido curso com dispensa da prestação de exames. Alegando ser professora da instrução primária, acreditava não ter a necessidade de prestar os exames preparativos exigidos. Por unanimidade de votos, a Congregação indeferiu o requerimento (CEDEM, 1895).

Por fim, o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, deu novos rumos ao curso de obstetrícia. O art. 24 determinava que a cada uma das Faculdades de Medicina ficariam anexos uma Escola de Farmácia, um Curso de Obstetrícia e Ginecologia e outro de Cirurgia Dentária. O 6º parágrafo do mesmo artigo discriminava que o curso obstétrico se comporia das seguintes matérias: anatomia descritiva, física geral, química geral, fisiologia, obstetrícia, farmacologia e clínica obstétrica e ginecológica. O 12º parágrafo informa que cada clínica deveria ter um assistente e dois internos. Na clínica de partos, além do assistente, deveria haver um interno e uma parteira. Essa parteira deveria ser nomeada pela congregação mediante concurso. E o 18º parágrafo trazia uma novidade: pela primeira vez os homens poderiam se candidatar ao curso obstetrício. Para a inscrição no curso obstétrico, os candidatos deveriam ter idade maior de 18 anos para os homens e menor de 30 e mais de 18 para as mulheres; ser vacinado dentro do prazo máximo de 4 anos e; aprovação nas seguintes disciplinas: português, francês, aritmética, álgebra e geometria. O 21º parágrafo informava que o aluno aprovado no curso de obstetrícia receberia o título de parteiro ou de mestre em obstetrícia.

Se por um lado isso "democratizava" a profissão, dando fim a uma questão de gênero de que, somente as mulheres poderiam trabalhar na arte de partejar, por outro era a consolidação de um projeto, por parte dos médicos, de ocupar o espaço, outrora privativo às parteiras, do corpo feminino, iniciado com as Conferências da Glória[10].

A concorrência entre parteiros e médicos pelo espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro

Longa foi a pesquisa nas colunas "Annuncios" e "Indicações Uteis", esta última a partir do mês de janeiro de 1880, quando se começou a detectar as informações-alvo da pesquisa. Tentando cobrir o máximo possível e diminuir as lacunas existentes – já que só foram pesquisadas as propagandas de parteiras e médicos nos meses de janeiro, junho e dezembro dos anos compreendidos entre 1835 e

[10] A transposição do obstáculo moral que impedia os médicos de se apropriarem da medicalização do corpo feminino foi lento e gradual. No início, se associaram às parteiras em suas "clínicas" ou "maternidades" privadas apenas como forma de socorro no caso de problemas graves durante o parto. A partir da década de 1850 passaram então a concorrer diretamente com as parteiras na oferta do serviço, porém tal concorrência ainda pendia em favor das parteiras devido a decência e o pudor das mulheres da sociedade. A vitória dos médicos sobre as parteiras na concorrência pelo público feminino só começa a se desenhar em meados da década de 1870, com a intensificação dos discursos científicos junto à opinião pública. As palestras das Conferências Populares da Glória tiveram um papel fundamental na apresentação dessa "cientificidade" em discursos junto às mulheres da alta sociedade (CARULA, 2007, p. 57-60).

1900, com intervalos de cinco anos –esse levantamento teve por finalidade levantar a vida dos profissionais envolvidos na "arte de partejar" durante esse período.

Ao longo da pesquisa nas propagandas de parteiras e médicos no Jornal do Commercio foram observados alguns detalhes: a) devido a concorrência com os médicos, as parteiras passaram a ter como público-alvo as pensionistas; b) o número de parteiras anunciando seus serviços nunca foi grande; c) os médicos só começaram a publicar seus serviços na arte de partejar por volta de 1855; d) entre 1860 e 1880 houve um equilíbrio entre o número de parteiras e de médicos oferecendo serviços na "arte de partejar", com relativo desequilíbrio em favor dos médicos em 1875, e total supremacia dos médicos a partir de 1885 e; e) a Freguesia do Sacramento foi a área mais disputada por parteiras e médicos na oferta de serviços.

Através da pesquisa não foi difícil notar que a distinção social entre os médicos e parteiras fica bem marcada através do espaço ocupado por cada um na cidade do Rio de Janeiro e pela sua clientela. Enquanto os "médicos-parteiros" buscavam ter as senhoras da sociedade como clientes, as parteiras visavam ter as pensionistas como freguesas. Mas nem sempre foi assim. Até a década de 1850 as parteiras diplomadas e examinadas se acomodavam no espaço sem muita concorrência entre elas, tendo apenas as comadres como concorrentes. A partir de 1855, passaram a ter uma concorrência cada vez mais acirrada pelo número crescente de médicos disputando o mercado de trabalho.

Sendo paulatinamente alijadas do mercado devido ao aumento da concorrência médica especializada e aos discursos científicos – cada vez mais mais presentes no meio social, formando assim uma opinião pública –, as parteiras podem ter vislumbrado nas pensionistasum potencial regular de serviços devido a alta demanda. Contudo, essa atitude pode ter servido para difamar ainda mais a figura da parteira no meio social. Para que possa ser entendida melhor essa questão, deve-se levantar a hipótese de que as pensionistas eram mulheres independentes que trabalhavam por conta própria em diversos serviços na Corte, tais como costureiras, modistas, floristas, cartomantes e dançarinas, entre outras. Segundo Maria Lucia Mott, pensionistas eram parturientes (SOUZA, 1998, p. 200). Mas, toda e qualquer parturiente era pensionista?

De acordo com o dicionário de língua portuguesa, pensionista é todo aquele que recebe pensão, do governo ou não, ou pessoa que paga pensão em hotel, casa particular, colégio interno etc. Enfim, é todo aquele que mora em pensão ou pensionato (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS). Acredita-se que não deva ter sido diferente naquela época.

Já foram vistos anteriormente alguns anúncios voltados para essas pensionistas no Jornal do Commercio nos dias 27 e 30 de junho de 1865. Os primeiros chamam as pensionistas para participarem de mesas redondas, jantares fora e soirées[11] em casa de particulares. Impossível que esses anúncios fossem destinados à parturientes. Parece mais voltado ao serviço do que hoje se chamaria de "acompanhantes" ou de "garotas de programa".

> PENSIONISTAS. Tomão-se pensionistas para mesa redonda, assim como tambem jantares para fóra, por preços commodos, e encarrega-se de encommendas, na rua do Hospicio n. 1, 1º andar (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1865).
>
> MESA REDONDA. Recebem-se pensionistas por preço razoável, manda-se para casas de commercio, assim como se encarrega de apromptar qualquer soirée em casa particular, trata-se na rua do Rosario n. 50, 2º andar (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1865).

Visto isso, cabe então perguntar: quem seriam as pensionistas? Segundo Marinete dos Santos Silva, em seu trabalho "Clientes e circuitos da prostituição no século XIX", Herculano Augusto Lassance Cunha, em sua tese para a Faculdade de Medicina no ano de 1845, informava que a prostituição achava-se disseminada por toda a cidade do Rio de Janeiro, porém o maior número de prostitutas concentrava-se entre o Campo da

Aclamação e a rua da Vala, em casas térreas, pequenos sobrados ou nas lojas dos sobrados maiores, onde elas viviam sempre sós ou reunidas com uma e quando muito, com duas companheiras. Entretanto, as prostitutas mais pobres habitavam casebres nas ruas dos Ferradores, do Sabão, de São Pedro e do Hospício[12]. A maior concentração de prostitutas estaria na freguesia do Sacramento, vindo logo a seguir as freguesias de São José, de Santa Rita e da Glória. Em 1879 a prostituição também estava presente nas ruas da Alfândega, da Imperatriz, dos Andradas, Uruguaiana (antiga Rua da Vala), Sete de Setembro, Constituição, Carioca, Gonçalves Dias, Guarda Velha, Ajuda, Teatro, Assembleia, Espírito Santo e Travessa de São Francisco.

Em meados da década de 80, na Praça Tiradentes, existiam casas "apinhadas de mulheres públicas", trazidas para a capital do Império pelos cafetões e no jardim do Campo da Aclamação era frequente topar-se com um ou mais ajuntamentos "crapulosos" por entre as árvores das alamedas e na cascata. No final do século, outras ruas entraram na órbita da prostituição. As ruas Senhor dos Passos, Regente, Luiz de Camões, Núncio, Conceição, Lavradio, Carioca, Sete de Setembro e na própria Praça Tiradentes

[11] Reunião social, ou de outro tipo, que ocorre à noite (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS).
[12] Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina. Tipografia Imparcial, de Francisco de Paula Brito, Rio de Janeiro, 1845, p. 19.

eram lugares onde húngaras, alemães, polacas e russas viviam expostas às janelas e portas de casinhas "velhas e imundas, em afronta permanente à moral pública". As "public houses" eram frequentadas, em geral, pelos clientes das negras escravas, situando-se, sobretudo na rua da Misericórdia e nos becos da Música e do Cotovelo. Contudo, calculava- se em 1883 que só no primeiro distrito da freguesia do Sacramento havia cerca de vinte dessas casas.

O termo "public house" corresponde à "casa de tolerância". As "casas de tolerância" eram apontadas, na década de 1880, como locais de prostituição e é possível que essa denominação tenha sido copiada do francês "maison tolerée". Contudo, a prostituição na França era regulamentada, o que faz com que as "casas de tolerância" da Corte não tivessem a mesma aplicação, já que no Rio de Janeiro a prostituição nunca foi regulamentada.

As hospedarias ou "casas de alugar quartos por hora", funcionavam como verdadeiros hotéis de passe e desenvolveram-se na cidade a partir de 1880. Eram geralmente estabelecidos por portugueses e tinham uma fachada legal. Os proprietários, além do aluguel do quarto, exigiam das prostitutas a metade do "programa" pago pelo cliente. Também a partir dos anos 80 proliferaram-se os botequins, sobretudo na Cidade Nova, e os situados na Praça Onze, na rua do General Caldwel e na rua Visconde de Itaúna eram coutos de "vagabundos, gatunos e meretrizes cínicas e ébrias". Eram frequentados pelas "mulheres da ínfima camada social" e as caixeiras encarregadas de servir vendiam não apenas a cerveja, mas também "sorrisos". Alguns botequins chegavam mesmo a dispor de quartos que eram alugados por hora, de forma semelhante ao que era feito nas hospedarias. Os botequins também eram locais de reunião dos exploradores de prostitutas – sobretudo judeus – que, entre um gole e outro, realizavam "negócios", vendendo e comprando mulheres. Dois deles, situados no Largo do Rocio – o Suíço e o Criterium – ficaram célebres por esse tipo de frequentação.

Os hotéis, também conhecidos como "pension d'artistes", eram frequentados excepcionalmente por prostitutas brasileiras de alto bordo. Sua clientela era formada principalmente por prostitutas estrangeiras, misto de atriz e cortesã, que se faziam frequentemente acompanhar de fazendeiros endinheirados ou "rapazes de fortuna", filhos de fazendeiros, em geral das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Muitos desses hotéis tinham nomes franceses: Bordeaux, Etats-Unis, Provenceaux, Central, Phênix, Millan, Champs-Elysées, Capelle, Rocambole etc. Algumas mulheres que aí viviam pagavam pela casa e comida, outras moravam de graça e outras tantas eram pagas pelos proprietários para servirem de chamariz, a fim de aumentar o consumo de bebidas entre os frequentadores. Entre

1846 e 1848 ficou famoso o Hotel Pharoux, na rua Fresca, atual Praça XV, local de dança, jogo, bebida e que servia como "receptáculo de rameiras". Na década de 1880 era famoso o Hotel Ravot.

Por fim, na escala dos locais destinados ao comércio sexual, o zungu ocupava a posição menos prestigiosa. Eram habitações sombrias e ocupadas por mulatas, negras e negros libertos. Nesses locais – onde misturavam-se tabuleiros com hortaliças, doces e frutas – existiam compartimentos feitos com tábuas ou com divisões de chita, algodão, lona ou aniagem, dotados de uma tarimba, onde as moradoras ou as visitantes exerciam a prostituição. Os fundos das barbearias de negros libertos também eram por vezes alugados, por módicos preços, com a mesma finalidade (SILVA, 2012. p. 381-386).

Apesar de Marinete Silva afirmar que os quartos de alugar desenvolveram-se na cidade a partir da década de 1880, observa-se que elas já existiam bem antes, como foi citado por Debret em 1865. O artista deu a pista quando afirmou que "para as prostitutas sem muitos recursos financeiros, um passeio a pé ao cair da tarde pelos lugares públicos mais frequentados poderia funcionar como uma variante do recrutamento feito nas janelas. Um galanteio e um braço prestimoso oferecido por um 'cavalheiro', constituíam o início de uma entrevista que poderia terminar em uma 'casa de alugar quartos por hora'. Era também caminhando pela cidade, na ida para casa, que algumas costureiras e floristas conseguiam os clientes que complementavam seus parcos salários" (Jean-Baptiste Debret. In: LEITE, 1984. p. 97).

Eram então costureiras, floristas e outras mulheres livres prostitutas nas horas vagas? Isso não se sabe, assim como não se sabe se Debret foi testemunha ocular de alguma costureira ou florista complementando sua renda através de "programas". De qualquer forma, pode ser que Debret tenha generalizado a visão que tinha sobre floristas e costureiras reproduzindo a visão patriarcal da sociedade brasileira da época, que via a mulher trabalhadora e livre de forma pejorativa. No entanto, tal afirmativa é corroborada por Mary Del Priori ao comentar sobre os locais de trabalho das meretrizes de sobradinho, também conhecidas como de rótula.

A autora de "História do amor no Brasil" comenta que Lassance Cunha, citado anteriormente por Marinete Silva, afirmava que a capital do Império tinha três classes de meretrizes: as aristocráticas ou de sobrado, as de sobradinho ou de rótula e as da escória.

As primeiras, aristocráticas ou de sobrado, ficavam instaladas em bonitas casas, forradas de reposteiros e cortinas, espelhos e sempre tinham um piano, símbolo burguês do negócio. Verdadeiras cortesãs, não esperavam clientes sentadas no sofá de veludo vermelho da "Maison close" ou do "Rendez-Vous", mas eram mantidas por ricos políticos e fazendeiros. Uma cortesã famosa era signo de poder para quem a entretivesse. Conhecidas como demi-mondaines, eram compostas principalmente por estrangeiras que por aqui aportavam após fracassadas carreiras na Europa.

As cidades portuárias mais importantes tornaram-se abrigo para os "cáftens" internacionais, fundadores de bordéis e cabarés. As francesas começaram a chegar com a inauguração do Alcazar Francês em 1862 e trouxeram na bagagem a palavra "trottoir", que em francês significa "calçada". As "polacas" sucederam as francesas e desembarcaram em grupos de dez ou doze nas praias do Rio de Janeiro provenientes da Europa Central, Oriental e também da Itália. Entre os dois grupos as diferenças se estabeleceram rapidamente. As francesas eram as "cocotes" e representavam o luxo e a ostentação. As polacas, ao contrário, representavam a miséria. "Ser francesa" significava não necessariamente ter nascido na França, mas frequentar espaços e clientes ricos. Ser polaca significava ser produto de exportação do tráfico internacional do sexo que abastecia os prostíbulos das capitais importantes e era sinônimo de ser prostituta pobre. Entre as primeiras, algumas se imortalizaram no Rio de Janeiro: Rabelotte, Suzi, Fonsecote, Marinette, Margot, Táti e Lyson entre outras, dançarinas de can-can — as cancaneuses — animavam a vida noturna, exibiam-se em joias e presentes que valorizavam a generosidade de seus amantes e protetores. Frequentá-las era sinônimo de poder e modernidade.

As segundas, de sobradinho ou de rótula, também trabalhavam em hotéis ou nas chamadas casas de costureiras, localizadas principalmente em Botafogo ou no Jardim Botânico. Nesses locais o roceiro rico, o filho do senhor de engenho e o rapaz de fortuna encontravam não só estrangeiras como também mucamas ou mulatinhas, ainda de vestido curto, meninotas ou meninas. À noite, esperavam clientes ao longo das paredes nas avenidas mais importantes, mercados e praças. Existia prostituição nas casas de costureiras? Segundo a autora, sim. Frequentemente mulheres que tinham esse ofício, assim como tintureiras, lavadeiras e cabeleireiras, aumentavam suas rendas através de ligações passageiras.

Por fim, a escória, a última classe da divisão do já citado médico, era formada por mulheres de casebres ou mucambos, as chamadas "casas de passe" e os zungus. Segundo o doutor Lassance Cunha, tratava-se de "nauseabundas habitações pertencentes a negros quitandeiros" ou os "fundos de barbearias, que por módico preço eram alugados" (DEL PRIORI, 2013, p. 196-198).

Após essa exposição, acredita-se que agora exista a possibilidade de responder a pergunta formulada: quem eram as pensionistas? Aparentemente, as pensionistas daquela época eram prostitutas, estrangeiras ou brasileiras de alto bordo, que pagavam pela hospedagem, "pensão", em hotéis, as "pension d'artistes", ou em casas particulares. Eram mulheres que aí viviam e pagavam uma "pensão" pela casa e pela comida. Algumas até moravam de graça e outras eram até pagas pelos proprietários para servirem de chamariz, a fim aumentar o consumo de bebidas.

Ao analisar os locais de trabalho das parteiras encontradas em propagandas do Jornal do Commercio, passa a ser possível acompanhar os tipos de clientes que buscavam. Já foi comentado anteriormente que entre os anos de 1835 e 1855 as parteiras reinavam absolutas, sem muita oposição, principalmente as estrangeiras formadas em Escolas européias, já que os cursos de partos oficiais, oferecidos pelas Faculdades de Medicina brasileiras ainda não formavam muitas alunas.

Em 1835 Mme. Stephanie, que pode ser a famosa Mme. Berthou, atendia na rua da Alfândega e a parteira prática Maria Clara de Moraes, na rua do Aljube e em 1840 Verônica Pascal atendia clientes na rua da Ajuda. Em 1845 Mme. Felicia de Hautefeuille atendia sua freguesia na rua dos Ourives, Anna Chevalier partejava na rua da Quitanda – se mudando posteriormente para a rua do Ouvidor – e Clementina Sonjean recebia suas clientes na rua da Vala, atual Uruguaiana. Em 1850 Catharina Cadiron, assim como Chevalier anos antes, partejava na rua da Quitanda e Clementina Rosa do Rego, assim como Berthou, na rua da Alfândega. Hautefeuille nesse momento já havia se mudado para a rua do Rosário e a visionária Clementina Sonjean para a rua Carvalho de Sá, no Largo do Machado. Mas, porque Sonjean é considerada uma visionária? Os motivos serão revelados logo a seguir.

A cidade do Rio de Janeiro era dividida em freguesias de dentro e de fora. Isso era um resquício do período colonial, quando os portugueses dividiam as cidades em freguesias religiosas à maneira medieval. As de dentro ficavam nos limites territoriais do que hoje é o centro da cidade e as de fora era o sertão, geralmente fazendas e engenhos jesuítas que foram sendo ocupados paulatinamente e que com o advento da linha férrea, foram formando os bairros do subúrbio. As freguesias de dentro eram cinco:

a) Santana – ocupava as terras do Campo da Aclamação e para além, a atual Praça XI e a Cidade Nova – fazendo limites com Estácio e Rio Comprido –, os Morrosda Providência e do Livramento, a Gamboa e o Saco de São Diogo;

b) Santa Rita – ocupava o espaço entre o Morro da Conceição, Morro de São Bento e Largo de Santa Rita, tendo as ruas Estreita e Larga de São Joaquim – atual Avenida Marechal Floriano – como limite com a freguesia do Sacramento e da Candelária;

c) Candelária – ocupava o espaço entre o mar, as ruas Estreita e Larga de São Joaquim, a rua da Quitanda até a rua São José.

d) Sacramento – ocupava o espaço entre o Campo da Aclamação, a rua do Conde do Cunha – atual Visconde do Rio Branco, rua dos Piolhos – atual Carioca, rua São José, rua da Quitanda e as ruas Estreita e Larga de São Joaquim;

e) São José – ocupava o espaço entre a rua São José, rua dos Piolhos, rua do Conde do Cunha, rua Nova de São Lourenço – atual rua dos Inválidos, rua de Matacavalos – atual rua do Riachuelo e Av. Mem de Sá – e rua da Lapa.

Já foi visto anteriormente, pelo relato de Lassance Cunha, que no ano de 1845 a prostituição achava-se disseminada por toda a cidade do Rio de Janeiro, porém com o maior número de prostitutas concentrando-se no espaço entre o Campo da Aclamação – atual Campo de Santana, e a rua da Vala – atual Uruguaiana – e que as prostitutas mais pobres habitavam casebres nas ruas dos Ferradores – atual Alfândega, do Sabão, de São Pedro – estas últimas extintas com as obras de construção da Avenida Presidente Vargas – e do Hospício – atual Buenos Aires. A maior concentração de prostitutas estaria na freguesia do Sacramento, vindo logo a seguir as freguesias de São José, de Santa Rita e da Glória.

A freguesia da Glória, que ocupava os espaços dos atuais bairros da Glória, Catete, Santa Tereza, Largo do Machado, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo era considerada, no início, como uma freguesia de "fora", e não foi ocupada inicialmente, servindo apenas como local de veraneio, porém com a implantação dos serviços de diligências e o incremento da navegação a vapor pela Baía da Guanabara, rapidamente começou a ser habitada.

Pelos relatos do observador, apesar de estar disseminada por toda a Corte, o antro da prostituição se encontrava em um espaço geográfico limitado pelo atual Campo de Santana, Avenida Presidente Vargas, rua Buenos Aires e rua Uruguaiana, hoje ocupado pela região do Saara e pelo Mercado Popular da Uruguaiana, vulgarmente conhecido como "Camelódromo". Quanto as prostitutas mais pobres, estavam espalhadas, habitando casebres nas ruas dos Ferradores – atual Alfândega, do Sabão e de São Pedro – extintas – e do Hospício – atual Buenos Aires.

Pelas localizações informadas nas propagandas publicadas no Jornal do Commercio, essas primeiras parteiras encontradas visavam ter como clientes as senhoras da alta sociedade carioca. Mme. Stephanie atendia no início da rua da Alfândega, Felicia de Hautefeuille atendia sua freguesia na rua dos Ourives e anos depois, partejou na rua do Rosário e Anna Chevalier partejava na rua da Quitanda, se mudando posteriormente para a rua do Ouvidor. Em 1850 Catharina Cadiron, assim como Chevalier anos antes, partejava na rua da Quitanda e Clementina Rosa do Rego no início da rua da Alfândega.

Mas, e Clementina Sonjean? Bem, desde o princípio essa parteira parece demonstrar não ter tido preconceitos com a clientela, uma vez que recebia suas clientes na rua da Vala, atual Uruguaiana. Não se pode afirmar se suas principais clientes eram meretrizes, já que suas primeiras propagandas não citavam "pensionistas", porém instalou-se no limite da área de maior número de prostitutas da cidade. Não se sabe o motivo, porém em 1850 já havia mudado de endereço, passando a residir e partejar lá pela freguesia da Glória, próximo ao Largo do Machado, atendendo suas clientes na rua Carvalho de Sá. Cinco anos após, Sonjean estava morando e partejando na rua das Laranjeiras nº 2, próximo ao Largo do Machado.

Não se pode afirmar que Sonjean estivesse partejando por aquelas bandas pouco habitadas por pioneirismo. Tem-se a impressão que sim, uma vez que a presença de uma parteira estrangeira examinada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por aquelas paragens um tanto quanto inóspitas pode ter sido um alento às parturientes da alta sociedade local, que antes, talvez, tivessem que procurar as comadres, se deslocar ou trazer uma parteira legal do centro da cidade para realizar o parto. Entretanto, a freguesia da Glória também convivia por aqueles tempos com a prostituição. Voltando a Lassance Cunha, observa-se que em seu comentário ele cita que a maior concentração de prostitutas da cidade estaria na freguesia do Sacramento, porém elas também estavam presentes nas freguesias de São José, de Santa Rita e da Glória.

Engel também corrobora a informação. Segundo essa autora, a prostituição, durante a segunda metade do século XIX, estava localizada nas mais diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro. As ruas da Misericórdia, Dom Miguel, os Largos do Moura e do Rocio, as ruas do Espírito Santo, Lavradio, Riachuelo, São Jorge, Regente, Núncio, Conceição e adjacências eram apontadas como zonas do baixo meretrício. Os hotéis e pensões destinados à prostituição de luxo – as pensions d'artistes – localizavam-se nas regiões centrais – ruas do Passeio, do Ouvidor e Gonçalves Dias –, no Catete, Botafogo e Jardim Botânico. A Praça Tiradentes abrigava um music hall, o "Moulin-Rouge", mas existiam outros, como o

"Guarda-Velha", no sopé do Morro de Santo Antônio; o "Alcázar-Parque" na Lapa; o "Cassino" e o "Parque Fluminense" no Largo do Machado (ENGEL, 2004, p. 35-36).

Aparentemente, ao se mudar para a rua Carvalho de Sá, Sonjean talvez visasse ter como cliente as senhoras da sociedade. No primeiro momento ela não mencionava receber "pensionistas" e dispensava quartos separados para tratar as escravas. Isso pode ser observado na propaganda da coluna "Annuncios" do Jornal do Commercio publicada entre os dias 13 e 17 de dezembro de 1850.

> Mme. CLEMENTINA SOMJEAN, parteira approvada, participa ao respeitavel publico que mudou-se da rua da Valla, canto da rua do Ouvidor, para a rua de Carvalho de Sá, onde poderá ser chamada a toda hora, tanto da noite como do dia. Na sua nova casa tem quartos mui commodos para as senhoras que quiserem honrar com sua confiança, certas de serem tratadas com todo o mimo e asseio. Tem tambem quartos no mesmo estabelecimento inteiramente separados para receber e tratar as escravas. NS. A casa fica junto à Igreja do Campo do Machado (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1850).

Contudo, já foi visto que o Campo do Machado – atual Largo do Machado – era um local estratégico, central entre os bairros do Catete, Laranjeiras e Flamengo e caminho para Botafogo e nessa época ainda não estava fortemente habitado, sendo o bairro de Botafogo mais frequentado como local de veraneio.

Não se sabe se Sonjean conseguiu ter uma boa clientela de senhoras da sociedade na região. A única coisa que se sabe é que em 5 de junho de 1855 a parteira publicou anúncio informando que recebia "pensionistas" brancas e negras em sua residência e local de trabalho, na rua das Laranjeiras nº 2.

> Mme. Clementina Sonjean, mestre parteira, continua a morar na rua das Laranjeiras n. 2 aonde recebe pensionistas brancas e pretas (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1855).

O que mudou? Não se sabe o porquê, mas Clementina Sonjean reinventou seu discurso. Não se dirigia às senhoras, como há cinco anos, e sim às pensionistas. Será que começou a observar que a região do Largo do Machado e adjacências possuía clientes "mais rentáveis", como as prostitutas de luxo do Catete e as dançarinas do "Cassino" e do "Parque Fluminense"? Aparentemente sim. Três hipóteses são levantadas para explicar sua mudança: a) a grande clientela de prostitutas, de luxo ou não, em detrimento da baixa procura de seus serviços pelas "senhoras da sociedade"; b) o início da concorrência dos "médicos-parteiros" e; c) ambas.

No caso específico de Clementina Sonjean, acredita-se que seja a primeira opção. Naquele momento ainda era muito incipiente o número de médicos oferecendo seus serviços na "arte de partejar". Em 1855 somente um médico foi encontrado oferecendo seus serviços na "arte". Além disso, as senhoras

da sociedade ainda se sentiam muito envergonhadas e desconfiadas para deixar que homens tocassem suas partes íntimas. Essa situação só começará a mudar na década de 1870, quando os médicos começarão a usar discursos científicos nas Conferências da Glória para justificar os atos médicos em mulheres.

Contudo, quando se observa que 1855 é o início da concorrência entre parteiras e médicos na busca por clientes no espaço da cidade do Rio de Janeiro, observa-se que Sonjean foi pioneira e visionária. Foi pioneira por ter coragem de se dirigir para os lados da Glória e a fim buscar uma clientela de senhoras da sociedade, mesmo sabendo que a região não era muito habitada. E foi visionária entre as parteiras porque foi a primeira, pelo menos nesta pesquisa, a ser encontrada oferecendo seus serviços às "pensionistas" como forma de ter uma clientela fixa. Isso não quer dizer que anteriormente nenhuma parteira tivesse atendido prostitutas. O que se afirma é que Sonjean foi a primeira a declarar isso abertamente. Após Sonjean, Borget, Hériel, Costel, Portois, entre outras passaram a procurar as pensionistas como clientes.

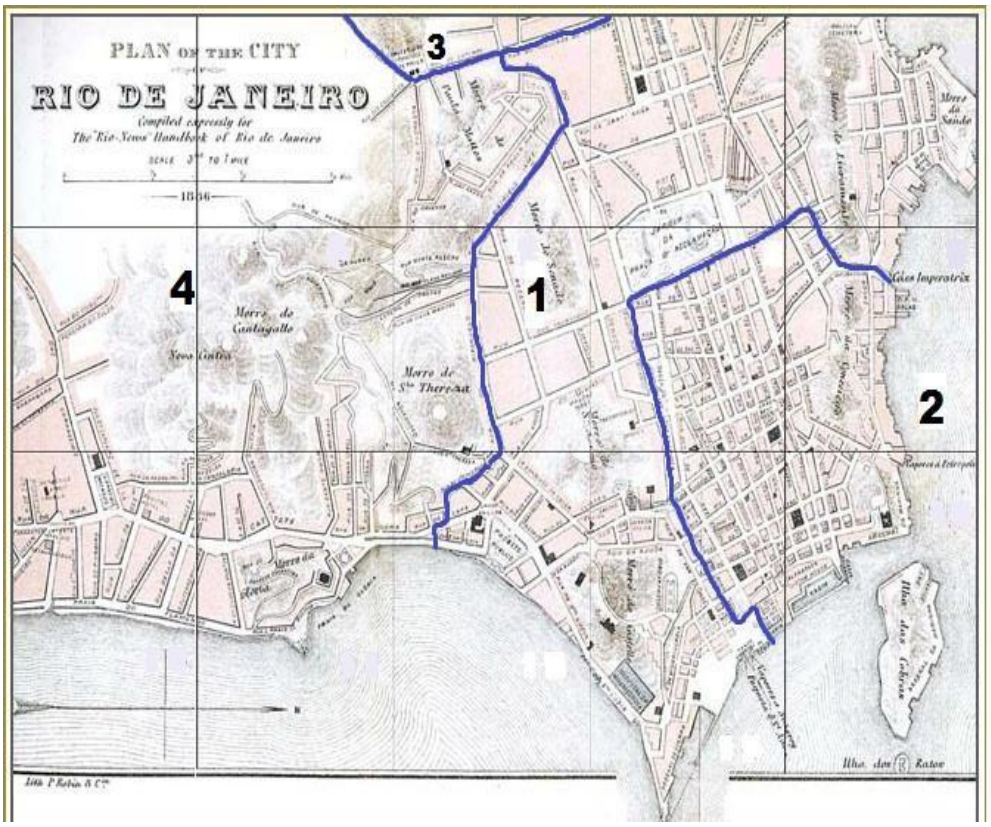
Nos dias 28 de janeiro e 21 de junho de 1860 continuava anunciando sua "arte" tendo como público-alvo as "pensionistas" e por aquela região partejou até 1870, quando retornou à sua terra natal.

> MESTRA PARTEIRA. Mme. Clementina Sonjean, parteira, continua a morar na rua das Laranjeiras n. 2, onde se acha sempre prompta para ser chamada de dia como de noite: recebe pensionistas brancas e pretas em sua casa (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1860).
>
> MESTRA PARTEIRA. Mme. Clementina Sonjean, parteira, continua a morar na rua das Laranjeiras, aonde se acha sempre prompta para ser chamada; recebe pensionistas brancas e pretas em sua casa (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1860).

A partir de Sonjean, as demais parteiras começaram a observar que mais cedo ou mais tarde, a concorrência dos médicos acabaria por sufocar o mercado. Os médicos possuíam muito mais recursos financeiros para fazer propaganda de seus serviços e após as Conferências da Glória e a Reforma do Ensino de 1879, com a criação da Obstetrícia e da Ginecologia como especialidades médicas, poucas foram as parteiras que puderam, ou melhor, ousaram tentar concorrer com os médicos.

Ao observar as diversas propagandas de médicos e parteiras no Jornal do Commercio, este pesquisador optou por dividir a cidade e suas freguesias, além das demais partes e outras cidades por áreas, na seguinte distribuição:

Quadro 1: Mapa da cidade do Rio de Janeiro, de autor desconhecido.



- área 1 – Centro 1 (Freguesias de São José e de Santana e parte sul da Freguesia do Sacramento) – Pça XV, rua da Assembleia, de São José, da Ajuda, dos Ciganos, largo da Carioca, Lapa, Santa Teresa, Passeio e adjacências, morro do Castelo (atual área da Cinelândia), rua da Guarda Velha, Praça XI, Misericórdia, Saúde e Campo de Santana (Aclamação);

- área 2 – Centro 2 (Freguesia de Santa Rita e parte norte da Freguesia do Sacramento) – rua dos Ourives, da Vala, da Quitanda, da Conceição, do Ouvidor, do Aljube (Acre), do Costa (atual Alexandre Mackenzie), das Violas (atual Teófilo Otoni), dos Latoeiros, do Hospício, da Alfândega, do Sabão, de São Pedro, do Rosário, Sete de Setembro, praça Tiradentes (Constituição), Candelária e Valongo;

- área 3 – Sertão (Além da rua Catumbi e Visconde de Sapucaí) – Catumbi, Rio Comprido, Cidade Nova, São Cristóvão, Tijuca (Engenho Velho), Riachuelo, Engenho Novo e adjacências e restante da cidade;

- área 4 – Freguesia da Glória – Glória, Santa Teresa, Catete, Largo do Machado, Laranjeiras, Flamengo, Botafogo e adjacências;

- área 5 – Niterói; (*)
- área 6 – Vale do Paraíba e Zona da Mata Mineira. (*)
- (*) Essas áreas não são contempladas no mapa, porém aparecem nas propagandas de médicos no Jornal do Commercio.

Algumas ruas que se estendiam entre duas áreas, como é o caso das ruas Primeiro de Março e Ourives, foram consideradas pela sua parte mais anunciada no Jornal do Commercio. No primeiro caso, a rua Primeiro de Março foi considerada pertencer a área 1 devido aos números de propagandas anunciando logradouros até o número 106, ou seja, em seu início. No caso da rua dos Ourives, os anúncios demonstram estar do meio ao final. Dessa forma, foi considerada pertencente a área 2.

O número de parteiras publicando seus serviços na "arte de partejar" nas colunas "Annuncios" e "Indicações Uteis" do Jornal do Commercio nunca foi grande. Entre os anos de 1835 e 1845, não passou de três o número parteiras que publicaram seus serviços, de acordo com nossa amostra. Em 1850 esse número aumentou para quatro e ficou estável até 1860. Em 1865 aumentou para cinco, se mantendo estável em 1870. Novo aumento se verificou em 1875, passando a ser sete o número de parteiras que publicaram seus serviços na "arte", se mantendo estável em 1880 e alcançando o ápice em 1885, quando chegou a oito. Se o aumento foi lento, o mesmo não se pode dizer da queda cinco anos depois. Em 1890 somente duas parteiras publicaram anúncios de seus serviços. Esse número teve um tímido aumento em 1895, quando três parteiras publicaram propagandas e se manteve estável no ano de 1900. Isso fica claro no quadro de anúncios de parteiras e médicos entre os anos de 1835 e 1900.

Tabela 2: Espaço de trabalho de parteiras e médicos na cidade do Rio de Janeiro no século XIX

ESPAÇO DE TRABALHO DE PARTEIRAS E MÉDICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO						
ANO	**MÊS**	**ÁREA**	**PARTEIRAS**	**ENDEREÇO**	**MÉDICOS**	**ENDEREÇO**
1835	Janeiro	2	Mme. Stephanie (Berthou)	Rua da Alfândega nº 158		
	Junho	2	Mme. Stephanie (Berthou)	Rua da Alfândega nº 158		
			Maria Clara de Moraes	Rua do Aljube-Sobrado nº 18		
1840	Junho	1	Mme. Verônica Pascal	Rua da Ajuda nº 55-1º andar		
	Dezembro	1	Mme. Verônica Pascal	Rua da Ajuda nº 55-1º andar		
1845	Janeiro	2	Mme. Felicia de Hautefeuille	Rua dos Ourives nº 133		
			Mme. Anna Chevalier	Rua da Quitanda nº 8		
	Junho	2	Mme. Felicia de Hautefeuille	Rua dos Ourives nº 87		
			Mme. Anna Chevalier	Rua da Quitanda nº 8		
			Mme. Clementina Sonjean	Rua da Vala nº 69		
			Mme. Felicia de Hautefeuille	Rua dos Ourives nº 87		

	Dezembro	2	Mme. Anna Chevalier	Rua do Ouvidor – esq. Latoeiros		
1850	Janeiro	2	Mme. Catharina Cadiron	Rua da Quitanda nº 178-1º and.		
			Clementina Rosa do Rego	Rua da Alfândega nº 52-2º and.		
	Junho	2	Mme. Felicia de Hautefeuille	Rua do Rosário nº 115		
	Dezembro	4	Mme. Clementina Sonjean	Rua Carvalho de Sá-L.Machado		
1855	Janeiro	2	Pou Arnold	Rua do Sabão nº 219		
		4	Mme. Clementina Sonjean	Rua das Laranjeiras nº 2		
	Junho	2			Dr. G. de Ploesquellec	Rua do Ouvidor nº 24
		4	Mme. Clementina Sonjean	Rua das Laranjeiras nº 2		
		5	Mme. Costel	Rua da Conceição nº 70-Niterói		
	Dezembro	1	Mme. Pourtois	Rua da Ajuda nº 55		
1860	Janeiro	2	Mme. Carolina Mériel	Rua da Alfândega nº 173	Dr. J. do Rego Raposo	Beco de João Batista nº 2
			Mme. Bérenger	Rua dos Latoeiros nº 9	Dr. Regadas Filho	Rua da Quitanda nº 58
					Dr. Joaquim Barbosa Cordeiro	Rua da Alfândega nº 37
		4	Mme. Clementina Sonjean	Rua das Laranjeiras nº 2	Dr. J. do Rego Raposo	Rua Cosme Velho nº 7
	Junho	1	Mme. Brioso	Rua da Guarda Velha nº 39	Dr. José Maria Chaves	Rua das Marrecas nº 15 A
					Dr. José Maria Chaves	H. Santa Casa da Misericórdia
		2	Mme. Bérenger	Rua dos Latoeiros nº 9	Dr. José Maria Chaves	Rua do Sabão nº 15
					Dr. Regadas Filho	Rua da Quitanda nº 58
		4	Mme. Clementina Sonjean	Rua das Laranjeiras nº 2	Dr. José Maria Chaves	Rua da Pedreira da Glória nº 53
	Dezembro	1			Dr. Oliveira Scilbes	Rua da Assembleia nº 64
		2	Mme. Bérenger	Rua dos Latoeiros nº 9	Dr. Henrique Lopes	Rua da Candelária nº 19
					Dr. Regadas Filho	Rua da Quitanda nº 58-2º andar
					Dr. Luiz Pientzenauer	Rua da Quitanda nº 114
		3			Dr. Regadas Filho	H. O. Terceira-Rua C. Bonfim
1865	Janeiro	1			Dr. Joaquim Pedro	Rua da Ajuda nº 68
		2	Mme. Bérenger	Rua do Núncio nº 146	Dr. Almeida Bastos	Rua da Quitanda nº 165
			Mme. Vitória Borget	Rua da Alfândega nº 92		
			Mme Pauline N. Gaullier	Rua Sete de Setembro nº 136		
		5	Mme. Brioso	Rua de São Pedro nº 9-Niterói		
		6			Dr. Nunes da Costa	Cidade de Valença
	Junho	1	Mme. Vitória Borget	Rua da Guarda Velha-L..S.Ant.	Casa de Saúde N. Sra. Ajuda	Rua da Ajuda nº 66 e 68
		2			Visconde de Sabóia	Rua de São Pedro nº 70
	Dezembro	1	Mme. Brioso	Rua São José nº 25		
			Mme. Leopold	Rua do Conde nº 27		
		2			Dr. Alfredo Guimarães	Rua de São Pedro nº 56
					Dr. João Baptista dos Santos	Rua dos Pescadores nº 64
					Dr. João Baptista dos Santos	Rua Municipal nº 15
1870	Janeiro	1			C. Saúde de N. Sra Glória	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
		2	Justina Hollingier de Souza	Rua do Regente nº 40	Dr. A. Simões de Faria	Rua de São Pedro nº 83
			Mme. Durocher	Rua da Alfândega nº 106	Dr. Domingos de Almeida	Rua das Violas nº 32
		4			Dr. Domingos de Almeida	H. Benef. Portuguesa-Catete
	Junho	1			Dr. Alfredo Guimarães	Rua da Saúde nº A
					C. de Saúde N. S. Glória	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
		2	Tygna	Rua Gen. Câmara nº 113-1ºand.	Dr. A. Simões de Faria	Rua de São Pedro nº 83

ESPAÇO DE TRABALHO DE PARTEIRAS E MÉDICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANO	MÊS	ÁREA	PARTEIRAS	ENDEREÇO	MÉDICOS	ENDEREÇO
1870	Junho	2	Justina Hollingier de Souza	Rua da Prainha nº 74	Dr. Queiroz Carreira	Rua do Rosário nº 57
			Mme. Marguerite	Rua Gonçalves Dias nº 66	Casa de Saúde S. B. J. Calvário	Rua de São Pedro nº 425
			Isabel de Moraes Silva	Rua da Imperatriz nº 41	Dr. Feijó Junior	Rua General Câmara nº

						78
		4			Dr. Queiroz Carreira	Rua Monte Alegre nº 3
	Dezembro	1			Dr. Domingos de Almeida	Rua Primeiro de Março nº 106
		2	Isabel de Moraes Silva	Rua da Imperatriz nº 41	Dr. A. Simões de Faria	Rua dos Ourives nº 157
			Justina Hollingier de Souza	Rua da Prainha nº 74	Casa de Saúde do Dr. Childloe	Rua do Hospício nº 170
		6			Dr. José Antonio de Andrade	Maçambará-Vassouras
					Dr. Carneiro Leão	Faz. Lordello-Porto N. Cunha
1875	Janeiro	1	Mme. Marguerite	Rua da Guarda Velha nº 1	Casa de Saúde São Sebastião	Campo da Aclamação
			Maternidade S. Vic. de Paula	Travessa da Barreira nº 43	C. Saúde C.Preta,Mar. e Wern.	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
			Mme. Leopold	Rua do Resende nº 68	Dr. José Maurício N. Garcia	Travessa da Barreira nº 43
		2	Mme. Durocher	Rua General Câmara nº 97	Dr. Araújo Góes	Rua do Rosário nº 66
			Meirelles	Rua do Costa nº 52	Dr. A. Simões de Faria	Rua dos Ourives nº 137
			Mme. Profillet	Rua General Câmara nº 241	Visconde de Santa Isabel	Rua da Candelária nº 17
		4			Dr. Araújo Góes	Rua do Príncipe nº 20-Catete
					Casa de Saúde São Sebastião	Rua Ped. da Candelária nº 82
					Visconde de Santa Isabel	Rua Senador Vergueiro nº 43
		5			Casa de Saúde M. S. Lourenço	Niterói
	Junho	1	Mme. Marguerite	Rua da Guarda Velha nº 1		
		2	Meirelles	Rua da Imperatriz nº 134	Dr. Caxangá	Rua do Hospício nº 28
			Mme. Felicia Hosxe	Rua Sete de Setembro nº 68	Dr. A. Simões de Faria	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. Carolino	Rua da Alfândega nº 31
					Dr. Carolino	Rua da Imperatriz nº 48
		4	Mme. Felicia Hosxe	Rua Senador Vergueiro nº 32		
	Dezembro	1	Mme. Bardeaud	Rua do Riachuelo nº 334	Dr. Belmonte de Andrade	Travessa da Barreira nº 43
			Mme. Marguerite	Rua da Guarda Velha nº 1		
		2	Meirelles	Rua da Imperatriz nº 86	Dr. Manso Sayão	Rua do Carmo nº 59
					Dr. A. Simões de Faria	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. José Rodrigues dos Santos	Rua dos Ourives nº 61
					Dr. Childloe	Rua do Hospício nº 158
					Dr. Carolino	Rua Uruguaiana nº 107
		3			Dr. Childloe	Eng. Novo/Riachuelo
					Dr. Belmonte de Andrade	Rua do Matoso nº 38
		4			Dr. Manso Sayão	Rua do Progresso/Paula Mattos
		6			Dr. Pedro Follin	Cidade de Valença
1880	Janeiro	1	A Parteira 1 (?) (A)	Rua do General Pedra nº 1		
			A Parteira 2 (?) (A)	Rua do General Pedra nº 131		
		2			Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
		4	Mme. Felicia Hosxe (A)	Rua Senador Vergueiro nº 32		
		6			Dr. A. Mildward de Azevedo(I)	Barra Mansa
	Junho	2	Mme. Marguerite (I)	Rua Gonçalves Dias nº 37	Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
			Mme. Léonie Barros (A)	Largo de São Joaquim nº 171	Dr. Francisco La Rotonda (A)	Praça da Constituição nº 69
	Dezembro	2	Mme. Marguerite (I)	Rua Gonçalves Dias nº 37	Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
			Mme. Léonie Barros (I)	Largo de São Joaquim nº 171		
			Justina H. Souza (A)	Rua do Hospício nº 138		
			Viúva Durian (A)	Rua Dom Manoel nº 5-sobrado		

		3			C. Saúde de Sta Isabel(A)	Rua Vila Isabel nº 12
1885	Janeiro	1	Mme. Durocher (A)	Rua da Ajuda nº 49	Dr. Carlos Teixeira (A)	Rua do Riachuelo nº 47 G
					Dr. Pedro Paulo (I)	Rua da Lapa nº 54
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua Primeiro de Março nº 16

ESPAÇO DE TRABALHO DE PARTEIRAS E MÉDICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANO	MÊS	ÁREA	PARTEIRAS	ENDEREÇO	MÉDICOS	ENDEREÇO
1885	Janeiro	2	Mme. Marguerite (A)	Rua Gonçalves Dias nº 37	Dr. Victor de Beauclair (A/I)	Rua da Quitanda nº 115
			Parteira Silva (A)	Praça da Constituição nº 16 A	Dr. J. de Sant'anna (I)	Rua dos Ourives nº 145
			Mme. Asty (A)	Rua Sete de Setembro nº 8	Dr. Lima Duarte (I)	Rua dos Ourives nº 47
					Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. Carlos Teixeira (A)	Rua do Rosário nº 132
					Dr. Pedro Paulo (I)	Rua Sete de Setembro nº 58
		3			Dr. Victor de Beauclair (A/I)	Campo de São Cristóvão nº 94
					Dr. Costa Ferraz (A)	Rua Rio Comprido nº 33
		4			Dr. Lima Duarte (I)	Rua Sto. Amaro nº 16
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Praia de Botafogo nº 208
	Junho	1			Dr. Pedro S. Magalhães (A)	Policlínica do RJ-R. S. José
					Dr. Carlos Teixeira (A)	Rua do Riachuelo nº 47 G
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua Primeiro de Março nº 16
		2	Mme. J. Hollingier Souza (A)	Rua da Alfândega nº 133	Dr. Pedro S. Magalhães (A)	Rua do Rosário nº 44
			Mme. Marguerite (A)	Rua Gonçalves Dias nº 37	Dr. Brant Paes Leme (A)	Rua do Rosário nº 97
					Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. Carlos Teixeira (A)	Rua do Rosário nº 132
					Dr. Abel Parente (A)	Rua dos Andradas nº 21
					Dr. Lima Duarte (A/I)	Rua dos Ourives nº 47
					Dr. Faria Castro (I)	Rua São Pedro nº 144
					Dr. Monat (I)	Rua Sete de Setembro nº 10
					Dr. J. de Sant'anna (I)	Rua dos Ourives nº 145
					Dr. Victor de Beauclair (I)	Rua da Quitanda nº 115
		3			Dr. Victor de Beauclair (I)	Campo de São Cristóvão 94
		4	Mme. Bérenger (I)	Rua Vol. da Pátria nº 155	Dr. Brant Paes Leme (A)	Rua D. Anna nº 6- Botafogo
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Praia de Botafogo nº 208
					Dr. Lima Duarte (A/I)	Rua Sto. Amaro nº 16
					Dr. Monat (I)	Rua das Laranjeiras nº 36
	Dezembro	1			Dr. Carolino (I)	Rua da Harmonia nº 40
					Dr. Carlos Teixeira (I)	Rua do Riachuelo nº 47 G
		2	Mme. Marguerite (A)	Rua Gonçalves Dias nº 37	Dr. Souza Fontes (A)	Beco das Cancelas nº 1
					Dr. Abel Parente (A)	Rua dos Andradas nº 21
					Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. Carlos Teixeira (I)	Rua do Rosário nº 132
					Dr. Carolino (I)	Rua do Carmo nº 43
					Visconde Sabóia (I)	Rua da Prainha nº 85
					Dr. J. de Sant'anna (I)	Rua dos Ourives nº 145
					Dr. Lima Duarte (I)	Rua dos Ourives nº 47
					Dr. Cunha e Souza (I)	Rua dos Ourives nº 153
		4	Fel. Hosxe/Luíse H.Cardoso(A)	Praia de Botafogo nº 92	Dr. Lima Duarte (I)	Rua Sto. Amaro nº 16
					Dr. Cunha e Souza (I)	Rua Dona Carlota 4 C- Botafogo
			Mme. Camille Pucheu (I)	Praça da Aclamação nº 119	Dr. Antonio José de Castro (I)	Rua do Riachuelo nº 280

1890	Janeiro	1			Dr. Carolino (A)	Rua do Conde D'Eu nº 190
					Dr. Carolino (A)	Rua Visconde de Sapucaí nº 154
		2	Mme. J. Hollingier Souza (A)	Rua do Rosário nº 132	Dr. Rodrigues Barcellos (I)	Rua da Prainha nº 82
					Dr. Antonio José de Castro (I)	Rua São Pedro nº 146
					Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. Faria Castro (I)	Rua São Pedro nº 150
					Dr. A. Rodrigues Lima (I)	Rua São Pedro nº 56
					Dr. Nicoláo Rossas Torres (A)	Rua do Hospício nº 116
		4			Dr. A. Rodrigues Lima (I)	Rua Sta. Isabel nº 12-Glória

ESPAÇO DE TRABALHO DE PARTEIRAS E MÉDICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANO	MÊS	ÁREA	PARTEIRAS	ENDEREÇO	MÉDICOS	ENDEREÇO
1890	Junho	1			Dr. Augusto Brandão (I)	Rua da Lapa nº 91
		2			Dr. Camargo (I)	Largo de S. Francisco nº 6
					Dr. Nabuco de Freitas (I)	Rua São Pedro nº 86
					Dr. J. de Sant'anna (I)	Rua da Quitanda nº 45
					Dr. Augusto Brandão (I)	Rua dos Ourives nº 47
					Dr. Havelburg (I)	Rua da Alfândega nº 29
					Dr. Nicoláo Rossas Torres (A)	Rua do Hospício nº 116
					Dr. A. Rodrigues Lima (I)	Rua São Pedro nº 56
					Posto Médico e Cirúrgico (A)	Praça Gen. Osório nº 63
					Dr. A. Simões de Faria (A)	Rua dos Ourives nº 137
					Dr. Rego Monteiro (I)	Rua do Ouvidor nº 145
		4			Dr. J. de Sant'anna (I)	Largo do Machado nº 15
					Dr. A. Rodrigues Lima (I)	Rua Sta. Isabel nº 12-Glória
					Dr. Rego Monteiro (I)	Rua Cosme Velho nº 46
	Dezembro	2			Dr. Rego Monteiro (I)	Rua do Ouvidor nº 145
					Dr. Nicoláo Rossas Torres (A)	Rua do Hospício nº 116
		4			Dr. Rego Monteiro (I)	Rua Cosme Velho nº 46
1895	Janeiro	1			C Saúde C.Preta,Mar eWern(A)	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
					Dr. Carlos Feldhagen (A)	Rua Primeiro de Março nº 8
		2			Dr. Vieira Souto (I)	Praça Tiradentes nº 14
					Dr. Martins Ribeiro (A)	Rua do Carmo nº 57
					Dr. Maurillo de Abreu (A)	Rua dos Ourives nº 35
		4			Dr. Martins Ribeiro (A)	Rua Silveira Martins nº 78
	Junho	1			C Saúde C.Preta,Mar eWern(A)	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
					Dr. J. de Sant'anna (I)	Rua da Assembleia nº 63
					Dr. Fernando Reis (A)	Rua do Lavradio nº 152
		2			Dr. J. J. dos Santos Junior (I)	Rua dos Ourives nº 38
					Dr. Martins Ribeiro (I)	Rua do Carmo nº 57
					Dr. J. M. Fragoso (I)	Rua da Quitanda nº 44
					Dr. Vieira Souto (I)	Praça Tiradentes nº 14
					Dr. Daniel de Almeida (A)	Rua do Hospício nº 62
		4	Mme. Massou (I)	Rua do Catete nº 20	Dr. J. J. dos Santos Junior (I)	Praia de Botafogo nº 162
					Dr. Martins Ribeiro (I)	Rua Silveira Martins nº 78
					Dr. J. M. Fragoso (I)	Rua Cosme Velho nº 36
					Dr. J. de Sant'anna (I)	Rua Marquês de Abrantes nº 35
			Mme. Anna Stettler (A)	Rua São José nº 6-sobrado	Dra. Antonieta D. Morpurgo (I)	Rua Senador Dantas nº

		1				23 A
					C.Saúde C.Preta,Mar eWern(A)	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
		2	Mme. Murillo (A)	Rua da Constituição nº 51-sob.	Dr. Barros Barreto (I)	Rua do Rosário nº 86
					Dr. Honório Vargas (I)	Rua do Carmo nº 39
					Dr. Vieira Souto (I)	Praça Tiradentes nº 14
	Dezembro				Dr. Rego Monteiro (I)	Rua Sete de Setembro nº 54
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua da Quitanda nº 74 A
					Dr. Sebastião de Saldanha (A)	Rua do Hospício nº 224
		3			Dr. Caminha Filho (I)	Curato Sta Cruz
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua Costa Ferraz nº 19.R.Comp
		4			Dr. Barros Barreto (I)	Rua das Laranjeiras nº 119
					Dr. Sebastião de Saldanha (A)	Rua Marquês de Abrantes nº 36
1900	Janeiro	1	Maria Driebacher (A)	Rua V. do R. Branco nº 8-1and.	Dra. Antonieta D. Morpurgo (I)	Rua Senador Dantas nº 21 B
					Dr. Camacho Crespo (I)	Rua Senador Eusébio nº 156
					Dr. Neves Armond (I)	Rua Primeiro de Março nº 31
		2			Dr. Barros Barreto (I)	Rua Gonçalves Dias nº 71
					Dr. Daniel de Almeida (I)	Rua dos Ourives nº 81

ESPAÇO DE TRABALHO DE PARTEIRAS E MÉDICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANO	MÊS	ÁREA	PARTEIRAS	ENDEREÇO	MÉDICOS	ENDEREÇO
1900	Janeiro	2			Dr. Vieira Souto (A/I)	Praça Tiradentes nº 14
					Dr. Honório Vargas (I)	Rua do Carmo nº 39
					Dr. Sebastião de Saldanha (I)	Praça Tiradentes nº 58
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua da Quitanda nº 74 A
					Dr. Rocha Freire (A)	Largo de São Francisco nº 24
					Dr. Furquim Werneck (I)	Rua do Rosário nº 122
					Dr. Rego Monteiro (I)	Rua Sete de Setembro nº 51
					Dr. Carlo De Rossi (I)	Rua da Quitanda nº 5
					Dr. Neves Armond (I)	Largo de S. Francisco nº 6
		3			Dr. Rocha Freire (A)	Rua Haddock Lobo nº 126
					Dr. Camacho Crespo (I)	Rua Conde de Bonfim nº 101
		4			Dr. Barros Barreto (I)	Rua das Laranjeiras nº 119
					Dr. Daniel de Almeida (I)	Rua Conde de Baependi nº 14
					Dr. Honório Vargas (I)	Rua Benjamin Constant nº 25G
					Dr. Sebastião de Saldanha (I)	Rua Marquês de Abrantes nº 35
		4			Dr. Carlo De Rossi (I)	Rua Vol. da Pátria nº 13
					Dr. Rego Monteiro (I)	Largo do Machado nº 16
		1	Mme. Delcher (A)	Rua São José nº 121	Dr. Carlos Teixeira (A)	Rua do Riachuelo nº 122
					Dr. Lima Duarte (A)	Rua do Riachuelo nº 83
					Dr. Vieira Souto (A/I)	Rua Primeiro de Março nº 9
					Dr. Barros Barreto (I)	Rua Gonçalves Dias nº 71
					Dr. Sebastião de Saldanha (I)	Praça Tiradentes nº 58
					Dr. Vieira Souto (A/I)	Praça Tiradentes nº 14
					Dr. Furquim Werneck (I)	Rua do Rosário nº 122
					Dr. Gonçalves Penna (I)	Rua da Quitanda nº 56
					Dr. Carlos Teixeira (A)	Rua do Carmo nº 39

	Junho	2			Dr. Rodrigues Lima (A)	Rua da Alfândega nº 1
					Dr. Maurillo de Abreu (A)	Rua dos Ourives nº 70
					Dr. Lima Duarte (A)	Rua dos Ourives nº 44
					Dr. Campello (I)	Rua Gonçalves Dias nº 1
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua da Quitanda nº 74 A
					Dr. Abel Parente (A)	Rua dos Ourives nº 151
		3			Dr. Campello (I)	Rua Estácio de Sá nº 60
					Dr. Abel Parente (A)	Rua Conde de Bonfim nº 282 B
		4			Dr. Barros Barreto (I)	Rua das Laranjeiras nº 119
					Dr. Vieira Souto (A/I)	Praia de Botafogo nº 108
					Dr. Sebastião de Saldanha (I)	Rua Marquês de Abrantes nº 35
					Dr. Campello (I)	Rua São Clemente nº 83
					Dr. Rodrigues Lima (A)	Praia do Flamengo nº 44
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua Buarque de Macedo nº 44
	Dezembro	1			Dr. Augusto Brandão (I)	Rua da Lapa nº 91
					Dr. Frederico Ribeiro (I)	Rua São José nº 112
					C.Saúde C.Preta,Marinho e Werneck(I)	Rua Fresca nº1-Cais Pharoux
					Dr. Neves Armond (I)	Rua Primeiro de Março nº 31
					Dr. Vieira Souto (A/I)	Rua Primeiro de Março nº 9
		2	Mme. Desiderate (A)	Praça Tiradentes nº 14	Dr. Barros Barreto (I)	Rua Gonçalves Dias nº 71
					Dr. Augusto Brandão (I)	Rua do Carmo nº 39
					Dr. Neves Armond (I)	Largo de S. Francisco nº 6
					Dr. Campello (I)	Rua Gonçalves Dias nº 1
					Dr. Rocha Freire (I)	Largo de São Francisco nº 24
					Dr. Furquim Werneck (I)	Rua do Rosário nº 122
					Dr. Rodrigues Lima (I)	Rua da Alfândega nº 1
					Dr Sebastião de Saldanha (I)	Praça Tiradentes nº 58
					Dr. J. Rodrigues dos Santos (A)	Rua da Quitanda nº 74
					Dr. Abel Parente (A)	Rua dos Ourives nº 151

ESPAÇO DE TRABALHO DE PARTEIRAS E MÉDICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANO	MÊS	ÁREA	PARTEIRAS	ENDEREÇO	MÉDICOS	ENDEREÇO
1900	Dezembro	2			Dr. Gonçalves Penna (I)	Rua da Quitanda nº 56
					Dr. Augusto Hygino (I)	Praça Tiradentes nº 44
		4			Dr. Barros Barreto (I)	Rua das Laranjeiras nº 119
					Dr. Rocha Freire (I)	Rua Haddock Lobo nº 178
					Dr. Vieira Souto (A/I)	Praia de Botafogo nº 108
					Dr. Rodrigues Lima (I)	Praia do Flamengo nº 44
					Dr. Sebastião de Saldanha (I)	Rua Marquês de Abrantes nº 35

(A) – Coluna "Annuncios";

(I) – Coluna "Indicações Uteis" (só tem início no mês de janeiro do ano de 1880).

O número de médicos publicando serviços na "arte" teve um crescimento irregular até a consolidação no mercado. Entre 1835 e 1850 não foram encontrados quaisquer anúncios de médicos oferecendo serviços de partos e somente em 1855 apareceu, na presente pesquisa, o primeiro médico publicando seus serviços como "parteiro". Em 1860 foram sete o número de médicos publicando anúncios, porém em 1865 esse número caiu para seis, voltando a ser sete em 1870. Em 1875 houve um crescimento

considerável, chegando a onze e, inexplicavelmente, caindo para três em 1880. Em 1885 houve nova expansão, chegando a dezessete o número de "médicos-parteiros" publicando propagandas. Em 1890 esse número voltou aos treze de 1875 para subir para dezessete em 1895 e chegar ao ápice em 1900, com vinte e dois médicos encontrados publicando serviços de partos.

Se for comparar o número de parteiras anunciando propagandas com o número de médicos, observa-se o contraste social entre os dois segmentos profissionais. Chama a atenção a diferença exorbitante de propagandas de médicos em comparação com as de parteiras por dois motivos: pelo número de anúncios publicados e pelo tamanho das propagandas. Ambos os motivos demonstram claramente a diferença social entre os dois segmentos profissionais. Na comparação entre as propagandas de parteiras e médicos encontrados no Jornal do Commercio entre os anos de 1835 e 1900, mostrada no quadro abaixo, essa situação fica bem clara:

Tabela 3: Número de parteiras e de médicos publicando anúncios no Jornal do Commercio entre os anos de 1835 e 1900

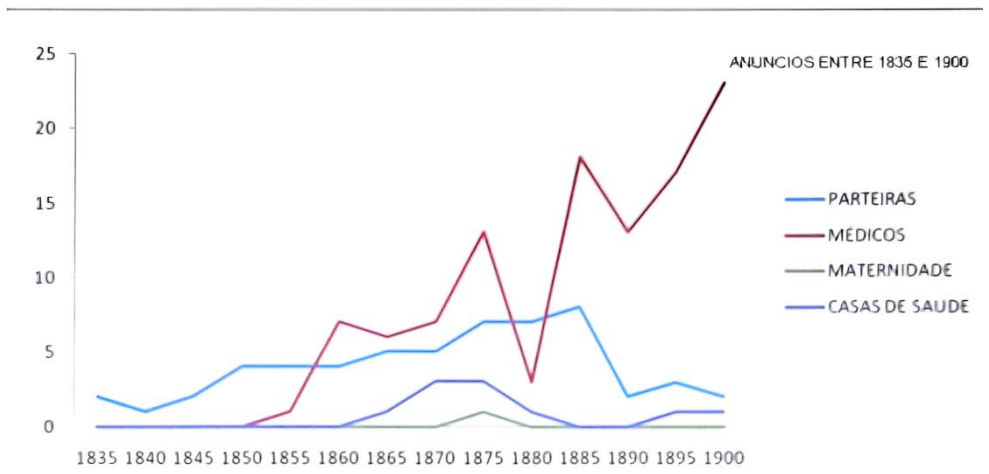
ANOS	NÚMERO DE PARTEIRAS	NÚMERO DE MÉDICOS
1835	2	0
1840	1	0
1845	3	0
1850	4	0
1855	4	1
1860	4	7
1865	5	6
1870	5	7
1875	7	11
1880	7	3
1885	8	17
1890	2	13
1895	3	17
1900	3	22

Para se ter uma ideia, entre 1835 e 1850, apesar dos poucos anúncios, as parteiras reinaram absolutas. Em 1850 existiam quatro parteiras e nenhum médico. Em 1855, para cada médico publicando seus serviços existiam quatro parteiras oferecendo seus "misteres" na arte. Em 1860 começou a inversão

dessa estatística: para quatro parteiras oferecendo seus serviços havia sete médicos, porém em 1865 o número de parteiras voltou a aumentar enquanto o de médicos caiu, sendo cinco o número de parteiras anunciando serviços na "arte" enquanto apenas seis médicos publicaram propagandas. Essa queda pode ter sido em função da Guerra do Paraguai. De acordo com Santos Filho, acadêmicos de medicina, médicos e professores das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia prestaram, sob as mais difíceis condições, assinalados serviços médicos e cirúrgicos às forças em operações contra o exército paraguaio (SANTOS FILHO, 1947b, p. 408).

Em 1870 voltaram a ser sete o número de médicos-parteiros publicando serviços enquanto o número de parteiras se manteve estável em cinco. Os anos de 1860, 1865 e 1870 foram os únicos em que houve relativo equilíbrio entre o número de parteiras e de médicos oferecendo seus serviços. Novo aumento se verificou em 1875 em ambos os segmentos, porém o número de médicos passou a crescer consideravemente: enquanto passou a ser sete o número de parteiras que publicaram propagandas, o número de médicos saltou para onze. Em 1880 o número de parteiras se manteve estável em sete enquanto, paradoxalmente, o número de médicos caiu para três. Paradoxalmente porque é nesse ano que tem início a coluna "Indicações Uteis", aproveitado nesse primeiro momento pelas parteiras e quase não observado pelos médicos. Em 1885 os médicos já haviam percebido os benefícios daquela coluna do Jornal do Commercio, o que acarretou uma grande expansão, contando ser dezessete o número de "médicos-parteiros" publicando propagandas. No entanto, esse mesmo ano marcou o ápice no número de parteiras publicando anúncios, chegando então a oito. Em 1890 houve nova retração no número de médicos, voltando a ser treze o número desse segmento, que não deixa de ser muito superior ao número de parteiras naquele ano: apenas duas. Em 1895 o número de médicos passou a ser de dezessete contra apenas três parteiras e alcançou o ápice em 1900, contando ser de vinte e dois médicos contra apenas três parteiras publicando seus serviços.

Quadro 2: Gráfico de anúncios no Jornal do Commercio entre os anos de 1835 e 1900.



Em relação às propagandas, poucas foram as parteiras com condições financeiras suficientes para publicá-las e muito menos ainda foram aquelas que podiam publicá-las em tamanhos razoáveis na coluna "Annuncios" do Jornal do Commercio. Geralmente as que possuíam mais recursos para tal eram aquelas formadas em Escolas estrangeiras que aqui aportavam a fim de tentar melhor sorte que em seus países de origem. Nesse caso, destaque para Felicia de Hautefeuille, Clementina Sonjean, Mme. Bérenger, Mme. Marguerite e Felícia Hosxe. Entre as parteiras formadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, destaque para Mme. Durocher e Maria Del Carmem Paiva Brioso, mais conhecida como Mme. Brioso. Algumas outras parteiras, que não se sabe onde se formaram, também apareciam constantemente nos anúncios do Jornal do Commercio, tais como Mme. Daure – através da propaganda de sua Maternidade São Vicente de Paula – e Mme. Justina Hollingier de Souza.

Com relação aos médicos acontecia o contrário. Raros eram aqueles que não tinham posses. Muitos dos que apareceram publicando anúncios no Jornal do Commercio eram políticos ou filhos de políticos importantes e influentes, como é o caso do Dr. Carneiro Leão, Barão do Paraná, filho do famoso estadista do Império, o Marquês do Paraná. Outros exemplos são os Drs. Luís da Cunha Feijó, o Visconde de Santa Isabel, e Souza Fontes, o Visconde de Souza Fontes. Alguns chegavam mesmo a publicar diversas propagandas no mesmo dia na coluna "Annuncios", como foi caso do Dr. Vieira Souto.

Entretanto, não se pode generalizar as condições financeiras das parteiras. Algumas, aparentemente, possuíam recursos que lhes garantiam certa igualdade na concorrência com os médicos na arte de partejar. Toma-se como exemplo os casos de Mme. Daure, Asty, Bérenger e Marguerite. Daure era proprietária de uma maternidade e seu estabelecimento contratava médicos, como os Drs. José Maurício Nunes Garcia – lente da Faculdade de Medicina – e Belmonte de Andrade.

> MATERNIDADE S. VICENTE DE PAULA. Mme Daure, parteira approvada pela Faculdade de Medicina de Pariz e do Rio de Janeiro, participa ao respeitavel publico, e em particular ao seus freguezes, que tendo mudado o seu estabelecimento da rua do Espírito-Santo n. 20 para a travessa da Barreira n. 43 (antiga casa de juízo de orphãos), preparou a mesma com todas as accomodações necessárias a uma casa de maternidade de primeira ordem, onde recebe parturientes onde serão tratadas com todo o desvelo e por preços moderados. Acham-se á disposição do estabelecimento medico-parteiros para as necessarias occasiões e partos difficeis, assim como excellentes enfermeiras. Continua a acudir a chamados com promptidão a qualquer hora. Dá consultas todos os dias do meio- dia ás 2 horas (sic) (JORNAL DO COMMERCIO, 1875).

Outra que possuía maternidade era Marguerite. Contratava médicos para atuarem como internos e em 1876 o Dr. José Ferreira Barreto trabalhava como médico-interno da instituição. No ano seguinte, o Dr. João Pizarro Gabiso, lente da Faculdade de Medicina, e em 1878 o Dr. Macedo Soares (SOUZA, 1998, p. 52).

Contudo, Marguerite, Asty e Bérenger também se destacaram pela propriedade de linhas telefônicas, certamente um luxo não compatível com os recursos financeiros da maior parte das parteiras da época. Para se ter uma ideia, em janeiro de 1885 Mme. Marguerite anunciou dois números de linhas telefônicas diferentes, 383 e 913. Mme. Asty, no mesmo período, anunciava a linha telefônica de número 469 e em junho do mesmo ano, Mme. Bérenger informava que o número de sua linha telefônica era 1.551 (JORNAL DO COMMERCIO, 1885). De qualquer forma, a realidade financeira dessas parteiras era totalmente diferente das demais, inclusive da mais célebre, a Mme. Durocher que, pelo menos na presente pesquisa, nunca informou em suas propagandas qualquer número de linha telefônica e nunca se fixou em apenas um local.

Só para fins de comparação, poucos foram os médicos que também informaram números de linha telefônica, o que pode demonstrar o alto custo do investimento ou, no máximo, um certo conservadorismo por parte de alguns. De qualquer forma, em janeiro de 1885 o Dr. José Rodrigues do Santos informava que poderia ser procurado no número 1.507. Já o Dr. Souza Fontes, em dezembro do mesmo ano, publicava que poderia ser contactado por telefone de número 5.068. Em junho de 1890 o Dr. Camargo comunicava que atendia a chamados no número 357 e o Dr. Rego Monteiro no número 1.902. Por fim, em janeiro de 1895 o Dr. Vieira Souto atendia a chamados no número 1.138 e o Dr. Martins Ribeiro nos números nº 357 e 5.205, ou seja, duas linhas telefônicas, o que demonstra que possuía boas condições financeiras (JORNAL DO COMMERCIO, 1885 e 1890).

A freguesia do Sacramento foi a área em que mais apareceram anúncios, tanto de médicos quanto de parteiras. Os quadros a seguir comprovam a disputa entre parteiros e médicos pelo espaço de cada

área. Como foi citado anteriormente, a área 2, que ocupa a maior parte do Sacramento foi a mais disputada. Entre 1835 e 1850 as parteiras não possuíam a concorrência dos médicos. Desde a entrada do médico na arte de partejar, somente nos anos de 1870 e 1880 apareceram mais parteiras que médicos naquela área oferecendo seus serviços. Nos outros anos, o número de médicos sempre foi muito superior.

Tabela 4: Distribuição de parteiras e médicos por área.

QUANTIDADE DE PARTEIRAS E MÉDICOS POR ÁREA																	
ANO/ÁREA	1835	1840	1845	1850		1855				1860				1865			
	2	1	2	2	4	1	2	4	5	1	2	3	4	1	2	5	6
PARTEIRAS	2	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2	0	1	3	3	1	0
MÉDICOS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	6	1	1	1	4	0	1

QUANTIDADE DE PARTEIRAS E MÉDICOS POR ÁREA															
ANO/ÁREA	1870				1875						1880				
	1	2	4	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	6
PARTEIRAS	0	5	0	0	3	4	0	1	0	0	2	4	0	1	0
MÉDICOS	2	4	2	2	2	8	1	3	0	1	0	2	0	0	1

QUANTIDADE DE PARTEIRAS E MÉDICOS POR ÁREA															
ANO/ÁREA	1885				1890			1895				1900			
	1	2	3	4	1	2	4	1	2	3	4	1	2	3	4
PARTEIRAS	1	4	0	2	1	1	0	1	1	0	1	2	1	0	0
MÉDICOS	4	15	2	5	3	12	3	4	11	2	6	8	20	4	11

Foi também realizado um levantamento do número de vezes que cada localidade aparece em propagandas de parteiras e médicos como seus locais de trabalho. Observe o seguinte quadro:

Tabela 5: Áreas de atuação de parteiras.

LOCALIDADES, POR ÁREAS, MAIS ANUNCIADAS PELAS PARTEIRAS	
ENDEREÇOS	**QUANTIDADES**
Rua Gonçalves Dias/Latoeiros	9
Rua da Alfândega	7
Rua da Imperatriz	4
Rua da Quitanda	3
Rua dos Ourives	3
Rua General Câmara	3
Rua Sete de Setembro	3
Largo de São Joaquim	2
Rua da Prainha	2
Rua do Rosário	2
Praça da Constituição/Tiradentes	2
Rua da Constituição	1
Rua da Vala	1

Rua do Aljube	1
Rua do Costa	1
Rua do Hospício	1
Rua do Núncio	1
Rua do Ouvidor	1
Rua do Regente	1
Rua do Sabão	1
Rua Dom Manoel	1
Total da área 2	**50**
Rua da Guarda Velha	5
Rua da Ajuda	4
Rua São José	3
Rua do General Pedra	2
Praça da Aclamação	1
Rua do Conde	1
Rua do Resende	1
Rua do Riachuelo	1
Rua V. do R. Branco	1
Total da área 1	**19**
Rua das Laranjeiras	4
Rua Senador Vergueiro	2
Praia de Botafogo	1
Rua Carvalho de Sá-L.Machado	1
Rua Vol. da Pátria	1
Rua do Catete	1
Total da área 4	**10**
Rua de São Pedro-Niterói	1
Rua da Conceição-Niterói	1
Total da área 5	**2**

Tabela 6: Área de atuação de médicos.

LOCALIDADES, POR ÁREAS, MAIS ANUNCIADAS PELOS MÉDICOS	
ENDEREÇOS	**QUANTIDADES**
Rua dos Ourives	28
Rua da Quitanda	16
Rua do Rosário	11
Rua São Pedro	11
Praça Tiradentes	9
Rua do Hospício	8
Rua do Carmo	8
Rua Gonçalves Dias	5
Largo de São Francisco	5
Rua da Alfândega	5
Rua Sete de Setembro	4
Rua do Ouvidor	3
Rua da Candelária	2
Rua da Prainha	2
Rua dos Andradas	2
Beco das Cancelas	1
Beco de João Batista	1
Praça da Constituição	1
Praça Gen. Osório	1
Rua da Imperatriz	1
Rua do Sabão	1
Rua dos Pescadores	1
Rua General Câmara	1
Rua Municipal	1
Rua Uruguaiana	1
Total da área 2	**129**
Rua Primeiro de Março	8
Rua do Riachuelo	6
Rua da Lapa	3
Rua da Assembleia	2

Travessa da Barreira	2
H. Santa Casa da Misericórdia	1
Policlínica do RJ-R. S. José	1
Campo da Aclamação	1
Rua da Harmonia	1
Rua da Saúde	1
Rua das Marrecas	1
Rua das Violas	1
Rua do Conde D'Eu	1
Rua do Lavradio	1
Rua São José	1
Rua Visconde de Sapucaí	1
Rua da Ajuda	1
Total da área 1	**33**
Campo de São Cristóvão	2
Rua Conde de Bonfim	2
Rua Haddock Lobo	2
Curato Sta Cruz	1
Eng. Novo/Riachuelo	1
H. O. Terceira-Rua C. Bonfim	1
Rua Costa Ferraz – R.Comp	1
Rua do Matoso	1
Rua do Progresso/Paula Mattos	1
Rua Estácio de Sá	1
Rua Rio Comprido	1
Rua Vila Isabel	1
Total da área 3	**15**
Rua Marquês de Abrantes	5
Rua das Laranjeiras	5
Praia de Botafogo	5
Rua Cosme Velho	4
Rua Sto. Amaro	3
Largo do Machado	2
Praia do Flamengo	2
Rua Silveira Martins	2
Rua Sta. Isabel-Glória	2
H. Benef. Portuguesa-Catete	1
Rua Benjamin Constant	1
Rua Buarque de Macedo	1
Rua Conde de Baependi	1
Rua D. Anna - Botafogo	1
Rua da Pedreira da Glória	1
Rua do Príncipe - Catete	1
Rua Dona Carlota-Botafogo	1
Rua Monte Alegre	1
Rua Ped. da Candelária	1
Rua São Clemente	1
Rua Vol. da Pátria	1
Total da área 4	**42**
Niterói	1
Total da área 5	**1**
Cidade de Valença	2
Barra Mansa	1
Faz. Lordello-Porto N. Cunha	1
Maçambará-Vassouras	1
Total da área 6	**5**

Tabela 7: Localidades mais anunciadas pelas parteiras.

LOCALIDADES MAIS ANUNCIADAS PELAS PARTEIRAS

ENDEREÇOS	QUANTIDADES
Rua Gonçalves Dias/Latoeiros	9
Rua da Alfândega	7
Rua da Guarda Velha	5
Rua da Imperatriz	4
Rua da Ajuda	4
Rua das Laranjeiras	4

Tabela 8: Localidades mais anunciadas pelos médicos.

LOCALIDADES MAIS ANUNCIADAS PELOS MÉDICOS	
ENDEREÇOS	**QUANTIDADES**
Rua dos Ourives	28
Rua da Quitanda	16
Rua do Rosário	11
Rua São Pedro	11
Praça Tiradentes	9
Rua do Hospício	8
Rua do Carmo	8
Rua Primeiro de Março	8

Esses quadros demonstram que as parteiras se encontravam mais espalhadas pela cidade que os médicos. Retirando apenas os dados dos locais mais anunciados, observa-se que as ruas Gonçalves Dias, Alfândega e Guarda Velha foram as mais anunciadas pelas mesmas. Isso pode indicar que as parteiras passaram a ter as prostitutas, principalmente as de luxo, como principais clientes.

A rua Gonçalves Dias era um ponto de glamour na cidade, que abrigava logradouros famosos na época, como a Rotisseria Americana, o Café Papagaio e a Confeitaria Colombo, famosa até os dias atuais. Naquele estabelecimento a frequência dividia-se em dois horários, que eramobservados com rigor: entre as 14 e 17 horas o público era constituído pelas “senhoras de família” e a partir das 17:30 h, começava a ser freqüentado por “prostitutas” (ENGEL, 2004, p. 36). Certamente não era qualquer prostituta que teria acesso a local tão requintado. Próximo à rua do Rosário havia um hotel voltado para a prostituição de luxo, umapension d’artistes,que Brasil Gerson comenta de forma muito sucinta:

> Rua que no final do século passado [século XIX, visto ter o autor publicado sua obra no século XX] já fazia certa sombra a do Ouvidor; que tinha o cabeleireiro Schmidt, das damas do Paço Imperial, para atrair as mulheres elegantes; e a farmácia de Teixeira Novaes, das primeiras do Rio a popularizarem a homeopatia; e os sorvetes da Casa Dô, quando tão poucas eram as que serviam entre nós ainda; e que tinha ainda para os lados do Rosário algo já de outro gênero, o que se chamava uma casa de prazeres noturnos à moda parisiense, o “Palácio de Cristal” [...] (GERSON, 2000, p. 84).

Aparentemente não era qualquer parteira que teria condições de possuir um consultório em rua tão valorizada na cidade. Somente aquelas com condições financeiras suficientes para poder manter-se no local. E não por acaso, as duas únicas que partejaram naquela rua foram Mme. Bérenger em 1860 e

Mme. Marguerite no ano de 1870 e posteriormente, entre os anos de 1880 e 1885. Esta última inclusive possuía linhas telefônicas em seu consultório instalado na mesma rua.

Já foi visto anteriormente que o trecho da rua da Alfândega, entre a rua da Vala e o Campo da Aclamação, era um dos locais da zona do meretrício e não a toa foram várias as parteiras a trabalharem por lá Mme. Stephanie em 1835, Clementina Rosa do Rego em 1850, Mme. Carolina Hériel em 1860, Mme. Vitória Borget em 1865, Mme. Durocher em 1870 e Mme. Justina Hollingier de Souza em 1885. Contudo, apesar de Mme. Durocher ter trabalhado ali e em ruas adjacentes, nunca foi visto em suas propagandas nenhuma menção a pensionistas.

Por fim, a rua da Guarda Velha abrigava um music hall, que possuía o mesmo nome da rua, "Guarda-Velha". Brasil Gerson comenta que o "Guarda Velha" era uma cervejaria, uma das primeiras que no Rio existiram, e que ao seu lado havia um parque, local onde além de se beber cerveja, dançava-se e assistia-se a espetáculos de café-concerto. Posteriormente, no ano de 1886, tal estabelecimento se mudou para a rua Senador Dantas e no local por ela primitivamente ocupado apareceram a estação dos bondes, popularizada como "Tabuleiro da Baiana" e o edifício do Liceu Literário Português (GERSON, 2000, p. 102). Partejaram por lá Mme. Brioso em 1860, Vitória Borget em 1865 e Mme. Marguerite em 1875.

Já em relação aos médicos, estavam mais concentrados na freguesia do Sacramento e aparentemente possuíam uma clientela diversa, tendo como alvo as senhoras da sociedade. Isso não quer dizer que também não atendessem prostitutas, principalmente no início da carreira. Isso fica bem claro ao observar os anúncios do Dr. Vieira Souto, que possuía consultóriona Praça Tiradentes e por lá atendeu por longo período. Certamente não teve apenas senhoras da sociedade como clientes antes de se trasladar para a rua Primeiro de Março e para a Praia de Botafogo. Tal fato é completamente comprovado, já que seu consultório foi posteriormente ocupado pela parteira Mme. Desiderate, certamente visando ter como clientes as prostitutas do music hall "Moulin-Rouge". No entanto, o discurso médico em defesa da família e o higienismo do final do século XIX diminuía a possibilidade dos médicos terem como clientes preferenciais as prostitutas, principalmente os doutores já estabelecidos no mercado e com clientela de senhoras da sociedade.

Magali Engel informa que nos discursos daqueles médicos a prostituição era vinculada à ociosidade e contraposta ao trabalho. Dessa forma, era considerada uma atividade remunerada ilegítima, inserida na categoria da desordem social que, compreendendo desde a noção de delito até a noção de crime,

classificava a prostituta entre os tipos considerados doentes, tais como o mendigo, o vagabundo, o vadio, o capoeira, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso. Contudo, a oposição entre as categorias de prostituição e de trabalho revela-se nos significados que caracterizavam o discurso, a noção de clandestinidade. Para os médicos, as prostitutas clandestinas eram definidas como aquelas que exerciam ocultamente a prostituição sob a capa de atividades tais como costureira, florista, parteira, lavadeira, enfermeira, pintora, modista, entre outras. As noções de trabalho e de honestidade eram exclusivamente qualificadoras da profissão ou ofício utilizado como disfarce, continuando a imprimir a marca da qualificação negativa ociosidade/desonestidade. Mulher honesta só poderia ser a esposa/mãe (ENGEL, 2004, p. 94-95). Talvez aí esteja a resposta para o desaparecimento gradual da parteira nos anúncios do Jornal do Commercio no final do século XIX.

Por fim, os médicos informaram, na maioria das vezes, atenderem nas ruas dos Ourives, da Quitanda e do Rosário. A primeira realmente fazia jus ao seu nome. Brasil Gerson comenta que em 1846, das 78 joalherias cariocas, nada menos que 66 estavam instaladas lá. Na rua dos Ourives também se encontrava o Clube Germânia e a Policlínica do Rio de Janeiro, fundada em 1882 pelo Dr. Carlos Moncorvo de Figueiredo, pai do Dr. Moncorvo Filho. Já a rua da Quitanda abrigava os bancos Mauá e MacGregor e a Companhia União Indústria. A rua do Rosário abrigava o famoso colégio para meninas da Corte “Pensionat de Jeunes Demoiselles” (GERSON, 2000, p. 51-53; 76-84).

Como se vê, tais locais, se não estavam livres da prostituição, pelo menos a ocultavam habilmente. Com isso, não se está afirmando que os médicos somente atendessem às senhoras da sociedade carioca e que não atuassem em locais de prostituição, mas que possuíam maiores recursos para estar o mais próximo possível da sua clientela preferencial. Intui-se também que para diminuir a concorrência das parteiras na arte de partejar e também no tratamento de moléstias de senhoras, os médicos teriam se utilizado de um discurso científico para desmoralizar a imagem das mulheres pertencentes àquele segmento profissional. Possivelmente associando as parteiras à prostituição.

CONCLUSÃO

Nunca houve vontade, por parte dos médicos, em trazer à vida a história de lutas e de sobrevivência das parteiras. Pelo contrário, para representá-las criou-se o mito em torno de Madame Durocher, a única mulher a ser recebida como sócia da Academia Imperial de Medicina. Mulher exótica, de imagem

masculinizada parecendo possuir bigodes, retratava bem a misoginia dos médicos em torno daquela instituição e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O belo trabalho de Maria Lucia Mott sobre a vida da eclética parteira acabou servindo para mitificar ainda mais sua imagem, criando assim uma aura ao seu redor, fazendo com que todos aqueles que buscassem entender a vida das parteiras olhassem a experiência profissional de Durocher como o todo. Desmistificar essa imagem é escavar o lodo do esquecimento e desenterrar diversas mulheres que foram tão ou mais importantes que Durocher para a história da arte de partejar e da saúde na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, o importante é observar como a imagem das parteiras ficou manchada, em virtude da maciça propaganda efetuada pela classe médica, forçando à essas profissionais a buscar clientes de todos os segmentos sociais para que pudessem sobreviver. O atendimento às “pensionistas” e prostitutas ajudou a manchar ainda mais a imagem das parteiras, que passaram a ser julgadas, por muitas vezes, como prostitutas.

De qualquer forma, o curso de obstetrizes nas Faculdades de Medicina sobreviveu até metade do século XX, quando acabou sendo absorvido pela enfermagem. Apesar de tudo, renasceu nos anos 2000 através do curso de obstetrizes da USP, a única universidade a formar obstetrizes no país atualmente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Manuel Antônio de. Memórias de um sargento de milícias. 25. ed. São Paulo: Ática, 1996.
AZEVEDO, Aluísio de. O cortiço. 27. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Dar à luz no Rio de Janeiro oitocentista.In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. Anais eletrônicos... Natal: ANPUH, 2013.Disponível em:<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364134593_ARQUIVO_DARALUZNORIODEJANEIROOITOCENTISTA-ANPUH2013.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decisão de 25 de janeiro de 1809. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade- legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Decisão de 18 de março de 1813a. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Decreto de 2 de abril de 1808. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-40137-2-abril-1808-572031-publicacaooriginal-95161-pe.html> Acesso em: 2 jan. 2015.

Decreto de 1 de abril de 1813b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/ativi dade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Decreto de 17 de fevereiro de 1832a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37355-17-fevereiro-1832-563922-publicacaooriginal-87985-pe.html>. Acesso em: 29 out. 2014.

Decreto de 14 de dezembro de 1833. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37874-14-dezembro-1833-565363-publicacaooriginal-89158-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2014.

Decreto nº 86, de 27 de outubro de 1835. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-86-27-outubro-1835-562723-publicacaooriginal-868 25-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Decreto nº 71, de 30 de setembro de 1837. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-71-30-setembro-1837-561805-publicacaooriginal-85535-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-598-14-setembro-1850-559839-publicacaooriginal-82251-pl.html>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115 439-pe.html>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Câmara dos Deputados. Decreto nº 8.024, de 12 de março de 1881. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824- 1899/decreto-8024-12-marco-1881-546191-publicacaooriginal-60103-pe.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Decreto nº 8.135, de 11 de junho de 1881. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8135-11-junho-1881-546349-publicacaooriginal-603 38-pe.html>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Decreto nº 8.359, de 31 de dezembro de 1881. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8359-31-dezembro-1881-546642-publicacaoorigi nal-60982-pe.html>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Decreto nº 169, de 18 de janeiro de 1890. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-169-18-janeiro-1890-541634-publicacaooriginal-472 61-pe.html>. Acesso em: 5 dez. 2014.

Decreto nº 1.482, de 24 de julho de 1893. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1482-24-julho-1893-519353-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 dez. 2014.

Lei de 9 de setembro de 1826. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38601-9-setembro-1826-567171-publicacaooriginal-90575-pl.html>. Acesso em: 27 out. 2014.

Lei de 30 de agosto de 1828. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38197-30-agosto-1828-566168-publicacaooriginal-89805-pl.html>. Acesso em: 27 out. 2014.

Lei de 12 de agosto de 1831. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-45150-12-agosto-1831-587167-publicacaooriginal-110841-pl.html>. Acesso em: 27 out. 2014.

Lei de 3 de outubro de 1832b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html>. Acesso em: 11 maio 2014.

Lei nº 3.141 de 30 de outubro de 1882. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3141-30-outubro-1882-544791-publicacaooriginal-56300-pl.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 1.270, de 10 de janeiro de 1891. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1891-01-10;1270>. Acesso em: 4 dez. 2014.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. Cadernos de Saúde Pública, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./jun. 1991.

CARULA, Karoline. As conferências populares da glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). 179 f.2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CEDEM. Livro de Ata de 1831. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1831-1839. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1831.

Livro de Ata de 1850. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1850-1859, Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1850.

Livro de Ata de 1870. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1870-1873, Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1870.

Livro de Ata de 1880, Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1880-1883. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1880,

Livro de Ata de 1895. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1895-1898. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1895.

Livro de termos de exames de verificação de 1837. Livro de Termos de Exames de Verificação de Médicos, Cirurgiões, Boticários e Parteiras. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1837.

Livro de Ata de 1850. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1850-1859, Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1850.

Livro de Ata de 1870. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1870-1873, Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1870.

Livro de Ata de 1880, Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1880-1883. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1880,

Livro de Ata de 1895. Livro de Ata da Congregação da Faculdade Nacional de Medicina: 1895-1898. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1895.

Livro de termos de exames de verificação de 1837. Livro de Termos de Exames de Verificação de Médicos, Cirurgiões, Boticários e Parteiras. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1837.

Livro do curso de partos de 1838.Livro de Matrículas no Curso Particular de Partos. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1838.

Memórias históricas de 1854, Livro de Assentamentos das Memórias Históricas. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1854,

Memórias históricas de 1878. Livro de Assentamentos das Memórias Históricas. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1878.

Pasta de aluna de 1893. Pasta da aluna Aricie Lucille Loncan. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1893.

Pasta de aluna de 1894. Pasta da aluna Anna da Rocha Almeida. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1894.

Pasta de aluna de 1899. Pasta da aluna Anna Cantaldi. Rio de Janeiro: CCS/UFRJ, 1899. COUTINHO, Afrânio. Introdução à literatura no Brasil. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <http://www.dicio.com.br> Acesso em: 19 jan. 2015.

ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004. GERSON, Brasil. História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

JOÃO DO RIO. As religiões no Rio. [Rio de Janeiro]: Nova Aguilar, 1976. Disponível em:<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7617>. Acesso em: 25 dez. 2014.

JORGE, Dilce Rizzo. Evolução da legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil. Rio de Janeiro. 226 f. 1974. Tese (Docência em Enfermagem) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1974.

LEITE, Miriam Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Brasília:INL, 1984.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Mme Durocher modista e parteira. Revista de Estudos Feministas,v. 2, n. 3, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ ref/article/view/16292>. Acesso em: 12 maio 2014.

NEJAR, Carlos. História da literatura brasileira: da carta de Caminha aos contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011.

RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrizes e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 2, p. 449-459, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo. História da medicina no Brasil: do século XVI ao século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1947a. (Coleção Grandes Estudos Brasilienses, v. 3).

História da medicina no Brasil: do século XVI ao século XIX. 2º Tomo. São Paulo: Brasiliense, 1947b. (Coleção Grandes Estudos Brasilienses, v. 3).

SIGAUD, José Francisco Xavier. Dicionário histórico-biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/ verbetes/sigjoxav.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SILVA, Marinete dos Santos. Clientes e circuitos da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. Dimensões, v. 29, n. 29, p. 374-391, 2012.

SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época. São Paulo. 331 f. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Periódicos

JORNAL DO COMMERCIO OU DIARIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 1831 a 1900.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Helber Renato Feydit de Medeiros

conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre



PARTEIRAS:

FORMAÇÃO, LABUTA E LUTA PELO DIREITO DE TRABALHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX